

DIÁRIO  
DE NATAL



# EDUCAÇÃO



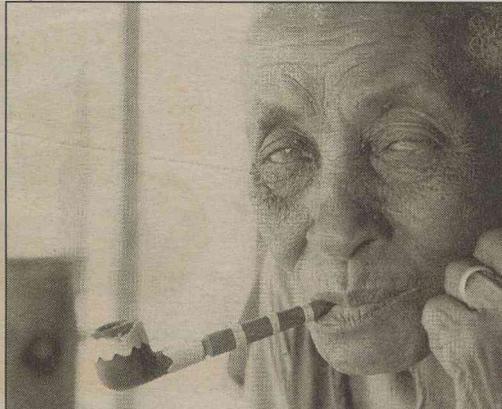
NATAL, AGOSTO/SETEMBRO DE 2006 - NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Arquivo/DN



Escravidão  
africana no RN

Arquivo/DN



Mais de quatro milhões de indivíduos foram seqüestrados de suas terras na África e tornaram-se escravos no Brasil. Hoje, os afro-descendentes chegam a 80 milhões de pessoas, 46,2% da população nacional. Resgatar as origens dessa população é simplesmente um ato de cidadania, assim como está fazendo a Secretaria Estadual de Educação, ao capacitar professores para trabalhar o tema em sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, em cumprimento à Legislação.

DN EDUCAÇÃO

Diretor Geral:

Albimar Furtado

Promoções e

Projetos Especiais

Afonso Laurentino Ramos

Editor do Suplemento:

Francisco Francerle

Reportagens

Adriana Amorim e Valéria Credidio

Revisão

Francisco Francerle

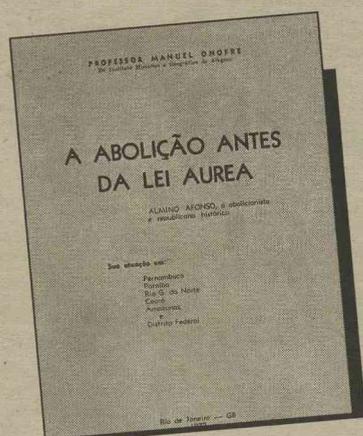
Diagramação

Silvana Belkiss

Telefone: 220 0150

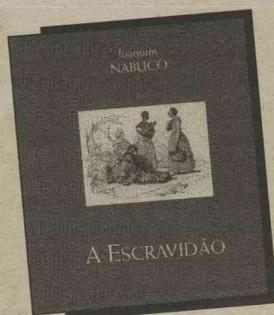
francerle@diariodenatal.com.br

ORELHA DE LIVRO



"A abolição antes da Lei Áurea"  
Manuel Onofre  
Editora Tupy, 1972

O autor fez uma extensa pesquisa sobre a figura do abolicionista, republicano e potiguar Almino Afonso, 131 anos após a sua morte, ressaltando sua atuação nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas e Distrito Federal, principalmente no que diz respeito à luta pela abolição dos escravos na região nordeste.

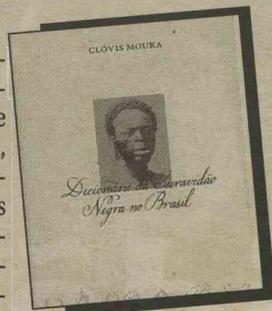


"A Escravidão"  
Joaquim Nabuco  
Editora Nova Fronteira,

Em 1869, estudando na Faculdade de Direito do Recife, escreveu seu primeiro livro "A Escravidão", que permaneceu inédito até 1888, e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor.

"Dicionário da escravidão negra no Brasil"  
Clóvis Moura  
Editora Usp, 2004

Com mais de oitocentos verbetes, o trabalho inventaria, de forma crítica, todo o conhecimento a respeito do tema proveniente de áreas tão distintas como história, literatura, economia, religião e costumes. obra de referência, inédita no país, abre ao leitor novas maneiras de compreensão da exclusão humana, social e cultural imposta ao negro no Brasil, um drama nacional que pode ser percebido ainda nos dias atuais.



"Dicionário escolar afro-brasileiro"  
Nei Lopes  
Editora Selo Negro

Pelo menos três personalidades com atuação no RN figuram neste dicionário escolar organizado pelo escritor Nei Lopes. O trabalho consagrou a trajetória do autor como um dos mais representativos militantes da causa afro descendente. Neste novo trabalho, em formato de verbetes, o autor procura atender outro público, o estudante brasileiro, por entender que a igualdade social pode ser alcançada especialmente pela educação.



OUTRAS PUBLICAÇÕES

- "O negro da chibata" social do Brasil"  
Fernando Granato Clóvis Moura  
Editora Objetiva Editora UFAL
- "O tráfico negreiro e a diplomacia britânica" ■ "Ensaio - O escravismo colonial"  
Alfredo Carlos Teixeira Jacob Gorender  
Editora UCS Editora Ática
- "Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade" ■ "Os escravos e libertos no Brasil colonial"  
Ilka Boaventura A.J.R. Russell-Wood  
Editora Letras Contemporâneas Editora Civilização Brasileira
- "Rebeliões da Senzala" ■ "História da África"  
Clóvis Moura J. D. Fage  
3ª edição - Edições 70
- "Os quilombos na dinâmica

FONTES DE PESQUISA

- Enciclopédia Barsa Planeta
- Enciclopédia virtual Wikipédia
- Biblioteca Nacional do RJ
- Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maia, Rio de Janeiro
- Site da Prefeitura de Mossoró
- Denise Matos Monteiro - artigo "Formação do mercado de trabalho no Nordeste: Escravos e trabalhadores livres no Rio Grande do Norte"
- Julie A. Cavnignac - artigo "A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte"
- Revista História Viva (Ed. n. 3)

AGRADECIMENTOS

- Profa. Maria Goretti de Medeiros Figueira
- Profa. Brasília Carlos Ferreira
- Instituto Histórico e Geográfico do RN
- Museu Ney Pontes

## ENTREVISTA MARCOS SILVA

**O** historiador Marcos Silva, professor da Universidade de São Paulo (USP) e autor de diversos livros, é estudioso sobre a escravidão no Brasil. Nessa entrevista, ele fala sobre os diversos aspectos econômicos, históricos, antropológicos e sociológicos que marcaram e continuam influenciando a presença dos negros no Rio Grande do Norte e no Brasil. Fala sobre a utilização da mão-de-obra

escrava, questionando a afirmação de que não havia escravos no RN em função da economia pecuária. Fala sobre Mossoró, uma das cidades pioneiras na luta pela abolição da escravatura, defendendo um maior reconhecimento a nível nacional. Fala, ainda, sobre os efeitos da discriminação presente entre jovens e adolescentes até mesmo em sala de aula e dos avanços dos movimentos dos negros no Brasil.

Arquivo/DN



# A presença negra no RN

FRANCISCO FRANCERLE  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

**DN EDUCAÇÃO - No RN fala-se que praticamente não houve escravidão africana, você concorda com essa tese?**

MARCOS SILVA - A capitania e depois província do Rio Grande do Norte não foi uma grande concentradora de escravos africanos porque não abrigou, em maior escala, atividades econômicas geradoras de rendas para a compra de escravos. Isso não elimina a predominância das relações escravistas na América portuguesa e no Brasil imperial, inclusive naquela capitania/província. Vale lembrar que, além do extermínio de índios durante o período colonial, houve prática de escravização e comercialização desses homens e mulheres, como se observa na chamada "Guerra dos bárbaros", estudada por Câmara Cascudo e, mais recentemente, por Pedro Puntoni. É preciso definir quais as modalidades de trabalho que vigoraram na agricultura e na pecuária potiguares, e seus desdobramentos em relação a outros setores da população, para não pensarmos, de forma idealizada, que a capitania e a província estiveram à margem das relações escravistas dominantes na colônia e no império, para entendermos outras modalidades de exploração do trabalho e de dominação social.

**E sobre Cascudo, ele também disse que praticamente não existiam negros por esses lados. A pesquisa do historiador foi abrangente ou até hoje ele está sendo mal-interpretado?**

Essa afirmação de Câmara Cascudo foi feita no livro "Viajando o Sertão", e mereceu críticas muito cedo. Não podemos esquecer, todavia, que a primeira obra-prima do etnógrafo, "Vaqueiros e Cantadores", fala dos poetas

negros para negar a existência de argumentos racistas nos desafios. E em muitas de suas obras, o escritor mencionou a mescla de raças como marca da historicidade brasileira. É preciso, portanto, ir além das observações presentes naquele livro de viagem. A História potiguar aparece em diferentes gêneros de seus escritos, e a presença africana deve ser identificada nesses vários gêneros.

**Qual a contribuição de Câmara Cascudo na historiografia do RN no que se refere à escravidão?**

A História do Rio Grande do Norte registra apenas uma personalidade potiguar como ex-escravo - Félix José do Nascimento (1802//1904). Câmara Cascudo não identifica os brilhantes irmãos Souza (Auta, Elói e Henrique Castriçano) como negros, o que chega a surpreender, pois essa faceta dos três evidencia uma sofisticada presença afro-descendente na cena intelectual e artística do estado, e até depõe a favor da capacidade potiguar de reconhecer o alto talento entre negros - Auta de Souza foi contemporânea do grande Poeta Cruz e Souza, violentamente discriminado em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Há comentários de Câmara Cascudo, muito interessantes, naquele livro, sobre o fim da escravidão na província do Rio Grande do Norte, indicando alforrias condicionais à prestação de serviços pelo alforriado a seu antigo senhor, enquanto este vivesse. É um tema que merece ser retomado e ampliado, porque evidencia a existência de escravidão e a definição de novos laços de dependência, após a alforria.

**Como analisa atualmente a discriminação racial no Brasil? A atuação da mídia, estimula ou combate o racismo?**

A discriminação em nome de "raça" (biológica) é um fenômeno mais claramente definido a partir do século XIX. Critérios anteriores de discriminação (família de nascimento, pobreza, desempenho de atividades desvalorizadas socialmente) não desapareceram, apenas foram e continuam a ser reatualizados - já ouvi, neste século XXI, referências grosseiras aos portadores de determinados sobrenomes. Consolidou-se, no Brasil, uma discriminação racial difusa, que não foi inscrita na legislação formal (proibição de casamentos entre pessoas de diferentes raças, por exemplo), mas se manteve muito forte para desvalorizar grandes parcelas da população, em termos econômicos, estéticos e morais. Se a época do Nazismo foi uma primavera para os racistas, o segundo pós-guerra representa um período mundial de combate a esse tipo de discriminação, dando início ao fim do apartheid no sul dos EUA (que se encerrou apenas nos anos 60). Ao mesmo tempo, a redefinição de raça humana como fenômeno étnico, com a prioridade atribuída à experiência cultural em relação ao viés exclusivamente biológico, expandiu-se significativamente, e os estudos de Gilberto Freyre, desde o início dos anos 30, são muito expressivos dessa tendência. A mídia brasileira, na maior parte, segue essa atitude, embora alimente o mito de que o Brasil é e sempre foi uma democracia racial. A perseguição policial contra candomblés e a desvalorização estética do corpo negro (cor da pele, tipo de cabelo), até meados do século XX, indicam como a discriminação foi forte entre nós. Mesmo hoje, ouço relatos de amigos sobre racismos informais, entre crianças de classe média ou mais pobres, contra os colegas negros e mestiços. Nesse

sentido, fomentar aquele mito da democracia racial brasileira contribuiu para a persistência de um racismo doloroso, embora em versão light. Para as vítimas do racismo, todo preconceito (inclusive o light) é terrível. Crianças, jovens e adultos sofrem, sim, quando percebem o desprezo que está contido em determinadas designações ("negrinha", "cabelo ruim", etc.). E quase nunca o teor criminoso desse racismo é salientado para quem o pratica, escolas e outras instituições tratam o preconceito, muitas vezes, como "brincadeira" ou "coisa de criança". Uma questão que merece maior discussão é a tendência a afirmar que o racismo nasce dos movimentos anti-racistas, como se as evidências discriminatórias brotassem da imaginação mórbida de poucas pessoas, ou da imitação de padrões estrangeiros (principalmente, estadunidenses).

**O movimento negro avançou no país? E no governo Lula, dá para enumerar muitas conquistas?**

O movimento avançou muito, principalmente desde as lutas contra a ditadura de 1964/1984, sem esquecer de lutas coletivas e iniciativas individuais anteriores (Lima Barreto, Imprensa e teatro negros, a afirmação da identidade negra em artistas e intelectuais de peso, como Ruth de Souza, Clementina de Jesus, Clóvis Moura e Paulinho da Viola). Ele conseguiu divulgar mais a existência de modalidades racistas no Brasil, conquistou espaços afirmativos para os padrões estéticos e culturais africanos, valorizou a trajetória histórica dos afro-descendentes no país. O fato de um canal muito influente de televisão ter produzido uma novela com protagonista negra merece atenção. Não penso que uma política dessa en-

vergadura seja tarefa apenas de um governo. A política de cotas nas universidades é significativa, no sentido de identificar um problema grave (desequilíbrio do número de estudantes afro-descendentes em relação aos percentuais da população brasileira), mas ainda muito tímida, pois não discute nem ataca o conjunto do processo educacional nem o nível qualitativo das instituições que oferecem aquelas vagas. Considero uma conquista, também, o ensino de História da África nas escolas fundamental, básica e média, para superarmos a imagem exclusivamente portuguesa e europeia de formação do Brasil. Falta ensinar, também, a História indígena.

**Como analisa o fato de a cidade de Mossoró ter sido uma das pioneiras do abolicionismo? Os historiadores nacionais aceitam isso?**

A forte ligação entre Mossoró e Ceará contribuiu para entender esse pioneirismo, antecipando-se à Lei Áurea. O fim da escravidão não deve ser resumido à ação abolicionista, para não esquecermos da capacidade de ação e luta dos próprios escravos, mesmo enquanto o sistema escravista funcionava plenamente. É preciso estudar as relações complexas durante a vigência da escravidão, que incluíam a definição de alguns poderes para os próprios escravos e por eles mesmos, expressos na capacidade de negociar com seus senhores determinadas condições de vida e trabalho. O pioneirismo do Ceará é mais conhecido nacionalmente que o exemplo de Mossoró. É possível que isso se deva à maior amplitude do primeiro (abrangendo uma província inteira). Vale à pena procurar explicar essa experiência e as relações de trabalho e poder que passam a vigorar após a abolição local.

## HISTÓRIA ORIGENS DA ESCRAVIDÃO ESTÃO LIGADAS AO PASTOREIO E AGRICULTURA

**A** escravidão nem sempre existiu nas sociedades humanas, como não existe em muitas sociedades primitivas contemporâneas. Os povos coletores e caçadores não a praticaram, como também foi quase inexistente entre os pescadores. As origens da escravidão estão mais ligadas ao sedentarismo, e, portanto, ao surgimento, no neolítico, do pastoreio e da agricultura.

No quarto milênio antes da era cristã os textos legais dos sumérios descreviam os escravos como "homens de países estrangeiros", o que parece designar prisioneiros de guerra. O código de Hamurabi (c.1750 a.C.) considerava também escravos os devedores insolventes, que eram vendidos com suas famílias. Os escravos permanentes traziam na orelha um furo, que os distinguiu dos escravos por tempo determinado.

Na civilização grega, os trabalhos artesanais e agrícolas eram realizados por escravos. Os prisioneiros de guerra eram vendidos em mercados, como o de Delos. Vendidos ou comprados como objetos, não podiam ser soldados nem tomar parte nas assembleias, mas eram autorizados a praticar o comércio e a participar de atos religiosos. Por volta do século III a.C., os romanos passaram a utilizar grande número de escravos em trabalhos agrícolas e domésticos.

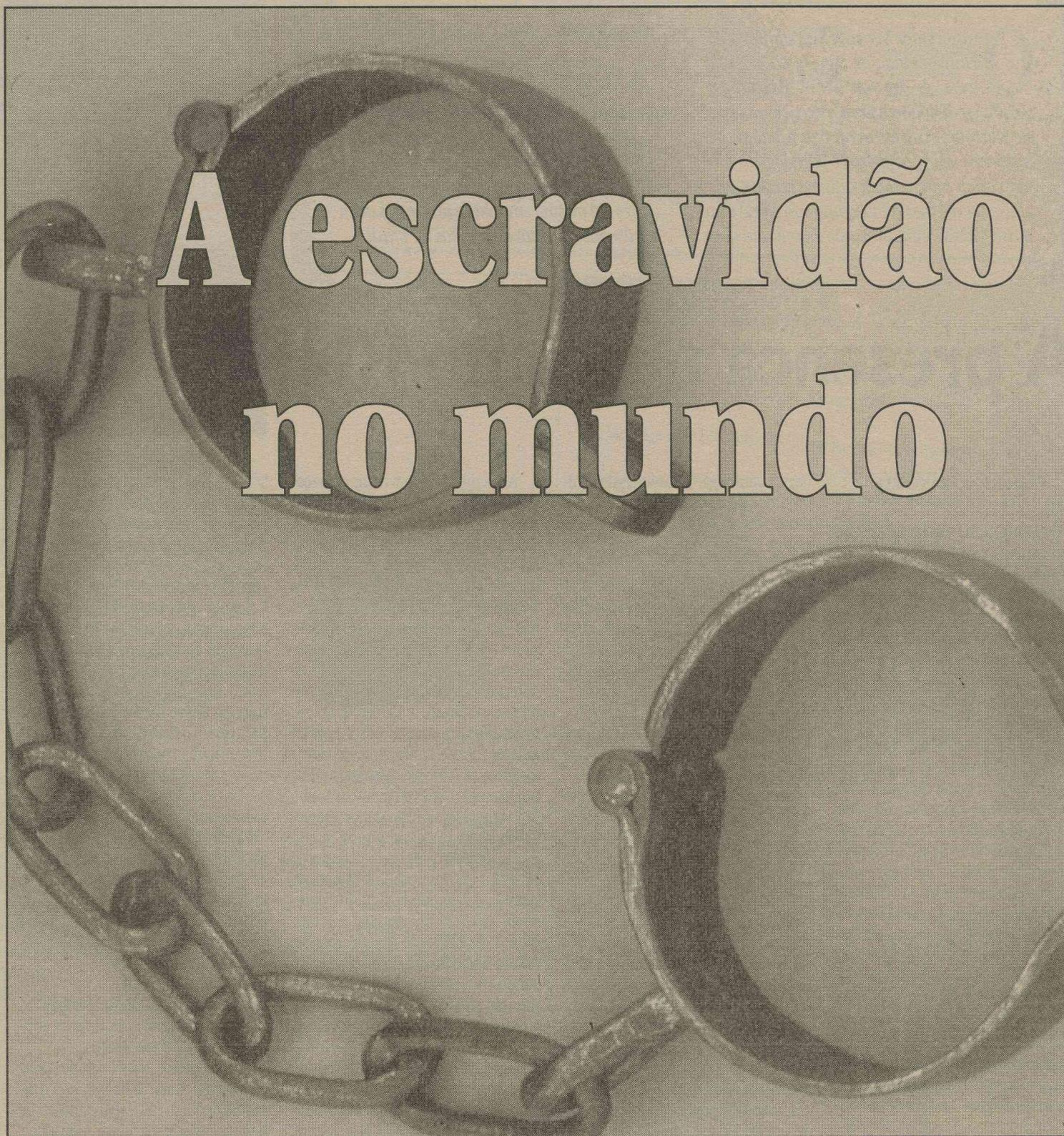
Apesar das leis que lhes amparavam os direitos e da possibilidade de comprarem sua própria liberdade, eram tratados geralmente com dureza, o que originou sangrentas revoltas, como a liderada por Espártaco no século I a.C. O cristianismo, ao proclamar a igualdade de todos os homens, contribuiu para aliviar a situação dos submetidos ao regime de escravidão.

### CÓDIGOS

O código de Manu, o mais antigo conjunto de leis da Índia, identificava seis tipos de servos: o cativo de guerra; o servo doméstico; o servo nascido de mulher escrava na casa do senhor; o homem comprado ou ganho; o herdado; e o que foi feito escravo por não ter como pagar uma multa.

Podiam adquirir a liberdade, nas seguintes condições: o escravo de guerra, se deixasse em seu lugar outro, que se encarregasse das tarefas a ele incumbidas; e o escravo por dívida, se liquidasse seu débito. Um escravo que salvasse a vida do senhor não só teria direito à liberdade, como receberia um prêmio.

A China não conheceu a compra e venda de escravos, mas havia pessoas escravizadas por diversas razões: miseráveis vendiam a liberdade para não morrer de fome; réus de crime de alta



traição transformavam-se em escravos do poder público, no palácio real; os filhos desses condenados podiam ser castrados e usados como eunucos e vigias dos haréns; as adúlteras, expulsas de casa, não tinham alternativa senão venderem-se como escravas; os devedores podiam tornar-se escravos do credor. Essas práticas vigoraram na China até o século XVI.

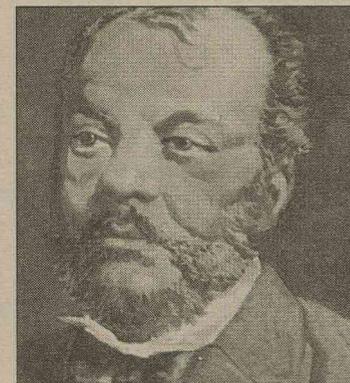
### OS DESCOBRIMENTOS E A ESCRAVIDÃO

No início da exploração econô-

mica das terras descobertas no continente americano, os colonos tentaram escravizar a mão-de-obra indígena, mas os índios revelaram-se pouco dóceis, revoltando-se ou fugindo para as florestas. Eram pouco resistentes às doenças transmitidas pelos colonizadores e não aceitavam a exploração a que estes os queriam submeter. Contavam ainda com o apoio dos missionários, que propunham um abrandamento no trato com os indígenas como forma de facilitar seu trabalho de catequese.



A Princesa Isabel assinou a Lei Áurea



Abolicionista José do Patrocínio

Bartolomé de Las Casas, bispo de Chiapas, levantou-se em defesa dos índios e sugeriu que se empregasse mão-de-obra negra, já submetida a escravidão. Isso já vinha sendo praticado em pequena escala. Em 1517, um nobre espanhol obteve licença para importar um número determinado de negros africanos para trabalhos na ilha de São Domingos.

Começou aí a importação de milhares de negros para as Antilhas e para o continente americano, onde a escravidão negra coexistiria com a escravização dos índios. O enorme desenvolvimento que a escravidão tomou em todo o continente está ligado ao surto da economia açucareira, que exigia abundante mão-de-obra nas plantações.

O apogeu do tráfico negreiro foi atingido no século XVIII, com o constante aumento do uso de produtos tropicais na Europa. Entre 1781 e 1790 eram importados 82 mil escravos por ano, dos quais 35 mil por ingleses, 24 mil por franceses, 18 mil por portugueses, quatro mil por holandeses e mil por dinamarqueses.

As principais regiões fornecedoras eram o golfo da Guiné, a região de Angola e Moçambique. Quando a escravidão se radicou fortemente no continente americano, a Igreja Católica reconheceu expressamente a validade da instituição, enquanto a atitude das demais igrejas cristãs não diferiu muito dessa.

## Escravidão negra no Brasil

A escravidão negra no Brasil durou cerca de trezentos anos. Os negros vindos da África, segundo as diversas teses sobre a escravidão no Brasil, foram trazidos com o objetivo de constituir a mão-de-obra do colonizador portu-

guês, que não aceitava fazer o trabalho braçal em nome de uma nobreza muitas vezes auto-outorgada. Mas, uma outra tese ainda recorrente na historiografia brasileira é a da substituição da mão-de-obra dos "arredios" índios pela dos negros, considerados mais fortes e menos preguiçosos.

Essa tese vem sendo superada por outra que remete a escravidão negra no Brasil às experiências coloniais portuguesas na Madeira e nos Açores. Os portugueses experimentaram nesses arquipélagos, em menor escala, a produção de cana-de-açúcar com mão-de-obra negra e depois transportaram essa experiência para o Brasil. Não se pode esquecer, todavia, que o tráfico negreiro era uma atividade altamente lucrativa tanto para os traficantes, quanto para a Coroa portuguesa.

A atividade do tráfico negreiro inicia-se oficialmente em 1559, quando a metrópole portuguesa decide permitir o ingresso de escravos vindos da África no Brasil. Antes disso, porém, transações envolvendo escravos africanos já ocorriam no Brasil, sendo a escassez de mão-de-obra um dos principais argumentos dos colonos.

Capturados nas mais diversas situações, como nas guerras tribais e na escravização por dívidas não pagas, os escravos africanos provinham de lugares como Angola, Moçambique, Guiné e Benin. Eram negociados com os traficantes em troca de produtos como fumo, armas e aguardentes e transportados nos chamados navios negreiros. Esses navios tinham destinos como as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, e delas eram transportados para regiões mais distantes.

Durante as viagens, muitos escravos morriam em decorrência das péssimas condições sanitárias existentes nas embarcações, que vinham su-

## André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama, Fco. Paula Brito. Homens de cor na linha de frente da intelectualidade antiescravista

perlotadas. Quando desembarcavam em solo brasileiro, os escravos africanos eram vendidos em praça pública. Os mais fortes e saudáveis eram os mais valorizados. A atividade do tráfico negreiro foi extremamente lucrativa e perdurou até 1850, sendo oficialmente extinguida nesse ano com a Lei Eusébio de Queirós.

### ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A abolição da escravatura foi processada de forma gradual e decorreu de toda uma situação formada com o decorrer do processo histórico. Em 1850, o tráfico negreiro é oficialmente extinto com a Lei Eusébio de Queirós. Com o fim da principal fonte de obtenção de escravos, o preço destes eleva-se significativa-

mente, uma vez que ocorre uma diminuição na sua oferta.

Já em 1871, é promulgada a Lei do Ventre Livre, que garante a liberdade aos filhos de escravos. Nove anos depois, inicia-se uma campanha abolicionista estimulada por intelectuais e políticos, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. O sistema escravista enfraquece-se mais ainda com a Lei dos Sexagenários (1885), que liberta todos os escravos com mais de 60 anos de idade.

No dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea é assinada pela Princesa Isabel, extinguindo oficialmente a escravidão no Brasil. A assinatura da Lei Áurea decorre não só como consequência das pressões de movimentos abolicionistas e do contexto que se formava com a assinatura das leis acima citadas, mas também sofreu influência dos movimentos de resistência à escravidão promovidos pelos próprios escravos e das pressões que a Inglaterra exercia sobre o governo brasileiro, uma vez que o fim da escravidão era de interesse inglês, já que ocorria nesta nação o processo de Revolução Industrial e esse processo lhe garantiria a ampliação dos seus mercados consumidores. Quando a Lei Áurea foi assinada, beneficiou apenas 750 mil escravos, menos de um décimo da população negra existente no Brasil.

A abolição da escravidão, apesar de garantir a liberdade, não alterou em nada as condições socioeconômicas dos ex-escravos, que continuaram a viver, de uma forma geral, na pobreza, sem escolaridade e sofrendo com a discriminação. Não impediu também que a superexploração de mão-de-obra em regime de escravidão e o tráfico de pessoas continuassem sendo praticados até os dias atuais.



Apesar de garantir a liberdade, a abolição da escravidão não alterou as condições socioeconômicas dos ex-escravos que continuaram a viver na pobreza e sem direitos básicos como saúde e educação



Ao proclamar a igualdade entre todos os homens, o cristianismo aliviou o regime de escravidão



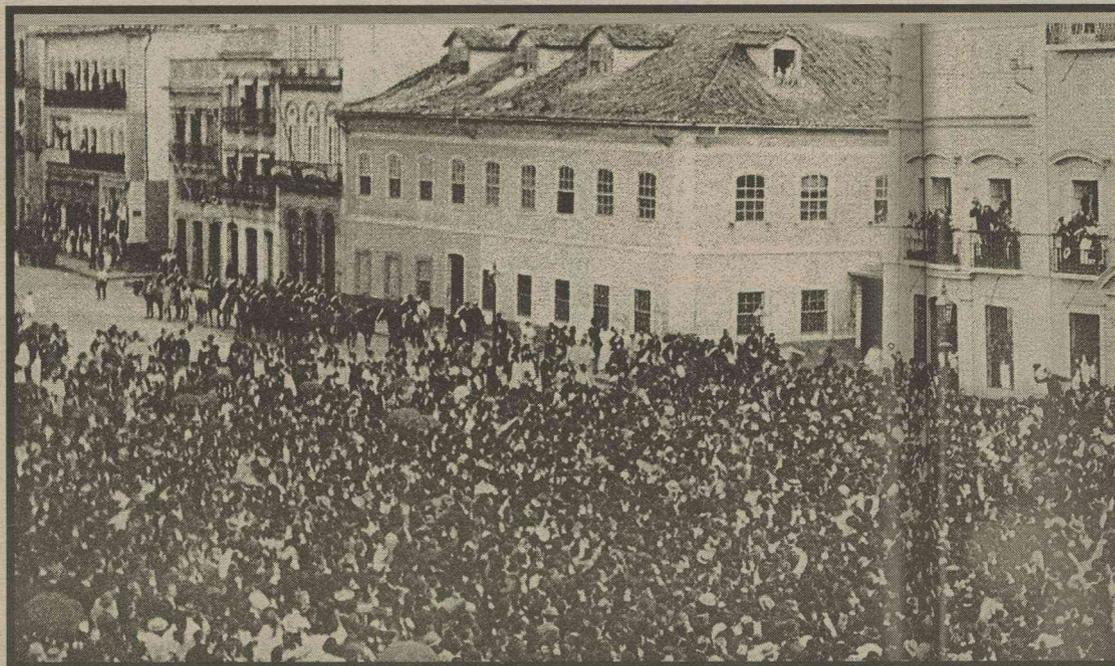
Na civilização grega, os trabalhos artesanais eram realizados por escravos

## A HERANÇA DOS ESCRAVOS

Tanto os indígenas quanto os escravos africanos foram elementos essenciais para a formação não somente da população, mas também da cultura brasileira. A diversidade étnica verificada no Brasil decorre do processo de miscigenação entre colonos europeus, indígenas e africanos.

A cultura brasileira, por sua vez, apresenta fortes traços tanto da cultura indígena quanto da cultura africana. Desde a culinária, onde se verificam o vatapá, o caruru e a tradicional feijoada brasileira nascida nas cozinhas dos escravos, chegando até a língua portuguesa, é impossível não perceber a influência da cultura dos povos que foram escravizados no Brasil.

O negro, ao longo de sua história no país, também influenciou sensivelmente os costumes brasileiros. Histórias do Quibungo delectaram e aterrorizaram crianças; os cultos de origem africana, com orientação jeje-nagô, floresceram nos centros principais e conquistaram adeptos em todas as classes sociais. A capoeira, que antes servia à defesa da liberdade do negro, passou a ser vista como uma forma brasileira de arte marcial; o batuque de Angola saiu dos terreiros das fazendas e invadiu as cidades sob a forma de lundu, baião, coco, samba e variações.



Multidão diante do Paço da Cidade, no Rio de Janeiro, em 1889, para comemorar a assinatura da Lei Áurea

PESQUISA ANTROPÓLOGA APRESENTA MAPA DA ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

# Escravidão no RN

O negro, cujo advento coincidiu com a fundação de Natal, nunca chegou a ser dominante no Rio Grande do Norte, e, segundo diversos historiadores, os escravos começaram a entrar com maior frequência no Rio Grande do Norte a partir da segunda metade do século XVII, tendo sido primeiramente importados da África (Angola, Congo, Guiné), via Recife, em Pernambuco. Nessa época, os escravos estavam concentrados, principalmente, na cultura da cana-de-açúcar.

Mais tarde, em meados do século XIX, houve um crescimento da produção açucareira, ainda concentrada quase exclusivamente no litoral sul do estado. A antropóloga Julie Cavnagnac descreve em seu artigo "A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte", publicado na revista eletrônica Mnome, em 2003, que "é interessante notar que são as antigas vilas e aldeamentos jesuítas que recebem o maior número de escravos".

Somente dois séculos mais tarde, uma outra onda de população escrava, proveniente do Maranhão, vai desembarcar nos portos do litoral norte do estado para trabalhar nas salinas de Macau, Areia Branca e Mossoró. No Seridó, é preciso esperar até o século XVIII para encontrar os primeiros rastros de escravos trazidos de Pernambuco para

colher algodão em Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e Ouro Branco.

A partir da metade do século XVIII, o algodão conhece uma fase próspera, ao invés do açúcar, que tende a declinar. O setor algodoeiro emprega os escravos no agreste e no sertão. Nessa época, a região dos Cariris Novos, no Ceará, recebe uma leva notável de mão-de-obra escrava visando a exploração das minas de ouro de Missão Velha. Depois do fracasso dessa tentativa, os escravos serão empregados nos engenhos, tendência essa seguida pelo Rio Grande do Norte.

O período do final do século XVIII e do início do século XIX corresponde ao momento no qual a sociedade do interior conhece uma prosperidade relativa - pelo menos em relação ao litoral potiguar -, período em que o país inteiro absorve um aporte significativo de população: com a chegada de novos colonos, sobretudo originários do norte de Portugal e de outras regiões da Europa e com o aumento do tráfico negreiro, desta vez para o sul do país.

Neste período, na vizinha Paraíba, há um crescimento significativo de população negra, onde se encontram cada vez mais libertos. Esse mesmo movimento pode ser notado também no Rio Grande do

Norte, onde a população escrava, no início do século XIX, se encontrava primeiramente no litoral, e, depois, no interior, disseminadas ou agrupadas nas proximidades de Açú, Apodi - Portalegre, Pau dos Ferros - e no Seridó, em Caicó e Jardim do Seridó, sobretudo no cultivo de algodão.

Até 1884, a população servil representava em torno de 10% da população total do Nordeste; este número vai baixando até a abolição. Nas montanhas mais úmidas, onde tinha engenho de açúcar, nas planícies, nas plantações de algodão que, na época, conheciam uma relativa prosperidade, os escravos eram mais numerosos do que em outros lugares.

As grandes secas do final do século atingem de maneira radical a economia sertaneja, diminuindo de maneira significativa a população escrava que está sendo encaminhada para o Sudeste, nas plantações de café.

Finalmente, e apesar da falta de estatísticas confiáveis, Julie Cavnagnac diz em seu artigo que "pode-se pensar que havia mais escravos na Paraíba e em Pernambuco do que no Rio Grande do Norte ou no Ceará, porque, ao contrário dessas duas primeiras províncias, as últimas não eram zonas açucareiras significativas, representando menos interesses econômicos".

## ENGENHOS

Em 1775, eram localizados 22 dos 27 engenhos e engenhocas existentes: São José do Mipibu, Goianinha, Canguaretama (engenho Cunhaú), Vila Flor, Extremoz, Coité (hoje Macaíba, onde havia o engenho Ferreiro Torto), Arês, São Gonçalo e Ceará-Mirim



# Revisar a história

**N**os estudos sobre o Rio Grande do Norte, as referências aos índios e negros são discretas. Eles foram relegados ao segundo plano pelos historiadores e antropólogos, que não investigaram sistematicamente a multiplicidade de atuações, além de que os principais atores da história colonial sofreram um visível apagamento. É visando entender essas aparentes ausências, tanto na produção acadêmica quanto nas representações coletivas, que a antropóloga Julie Cavnac propôs uma reflexão crítica da literatura, associada a uma revisão da história indígena e do passado escravocrata do Rio Grande do Norte.

Em seu artigo, a pesquisadora justifica tais fatos "levando em conta o fato que pouco se sabe da realidade sócio-cultural em que as populações se encontraram ao longo dos séculos, pois foram englobadas em categorias genéricas, elaboradas historicamente". Além disso, Julie pretendeu também abrir pistas de investigações a serem trilhadas por antropólogos e historiadores.

Segundo a pesquisadora, no Rio Grande do Norte, como em outras partes do Nordeste, a figura do escravo passou por diversos processos que contribuíram para o seu "apagamento" histórico, sendo inseridos em categorias generalizantes, como a de camponês ou de sertanejo. Os estudos potiguares dedicados às figuras de "índios" e "negros" enfocam, quase que exclusivamente, aspectos folclóricos ou de religiosidades afros descendentes em âmbito urbano, assim o vemos mais evidentemente nos trabalhos de "clássicos" como Câmara Cascudo, Hélio Galvão, dentre outros.

"Na maioria destes escritos, se muito encontramos, são contabilizações de escravos nos diferentes pontos de economia açucareira do estado, ou a descrição de seus hábitos e manifestações "exóticas", bem característica dos estudos folcloristas, sendo estes atores reduzidos a categorias estatísticas e caricatas, sem nenhum exame crítico de sua situação".

Contudo, a pesquisadora percebe que tal "esquecimento" não se dá tão-somente nos registros históricos. "Quando voltamos nossa atenção para os atores desta questão - os próprios 'índios' e 'quilombolas' - percebemos que esse caráter de identidade diferenciada, tão prontamente postulado pelos órgãos oficiais, na maioria das vezes, não é assumido e valorizado por eles", descreve, ressaltando que "seu passado diferenciado recai muito mais sobre aspectos positivos do que sobre a negatividade arraigada às categorias depreciativas e generalizantes".

De acordo com a pesquisa, no Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. "Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que se esforçou em descrever os fatos, escondendo aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones ou subestimar o número de escravos no sertão", disse, citando alguns autores, entre eles Luís da Câmara Cascudo e Pedro Puntoni.

Segundo a antropóloga, hoje, no Rio Grande do Norte, a história que é encenada chega, às vezes, a ser caricatural. "O negro, quando se encontram referências, é representado como um vaqueiro solitário, amigo do seu patrão e feliz por ser escravo", descreve, ponto em questão "Como explicar, então, se não houve uma forte presença indígena e negra no estado, que, no censo de 1940, no Rio Grande do Norte, os 'pardos' representavam 43 % da população total e em 1980, 56,7%?".

Dessa forma, Julie Cavnac enfatiza que é tempo de propor uma reflexão crítica e uma revisão da questão no Rio Grande do Norte e, sobretudo, de questionar a história local. "Tentaremos assim, vislumbrar os elementos constitutivos das identidades diferenciadas, discussão que não pode perder de vista o problema étnico no Nordeste, de um modo geral. Assim, pensamos que a história dos 'negros' e dos 'índios' que foram integrados ao processo colonial e muitas vezes associados e 'misturados', precisa ser reescrita, levando em conta que pouco se sabe sobre a realidade sócio-cultural em que as populações nativas se encontravam, pois foram englobadas nessas categorias genéricas, historicamente elaboradas".

De maneira sintomática, a antropóloga constata que a figura do escravo é excluída do script da história do Rio Grande do Norte, aparecendo mais como um ator que possui um papel subalterno ou como um indivíduo perigoso. "As razões da invisibilidade refletem, em parte, a ausência da atuação dos descendentes de escravos e a perda de uma memória coletiva".

Arquivo/DN



## REESCREVENDO

É tempo de propor uma reflexão crítica e uma revisão da questão no Rio Grande do Norte e, sobretudo, de questionar a história local. A história do negro e do índio precisa ser reescrita, levando em conta que pouco se sabe.

REMANESCENTES SITUADAS EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO E BAIXA QUALIDADE DE VIDA

# Comunidades quilombolas no RN

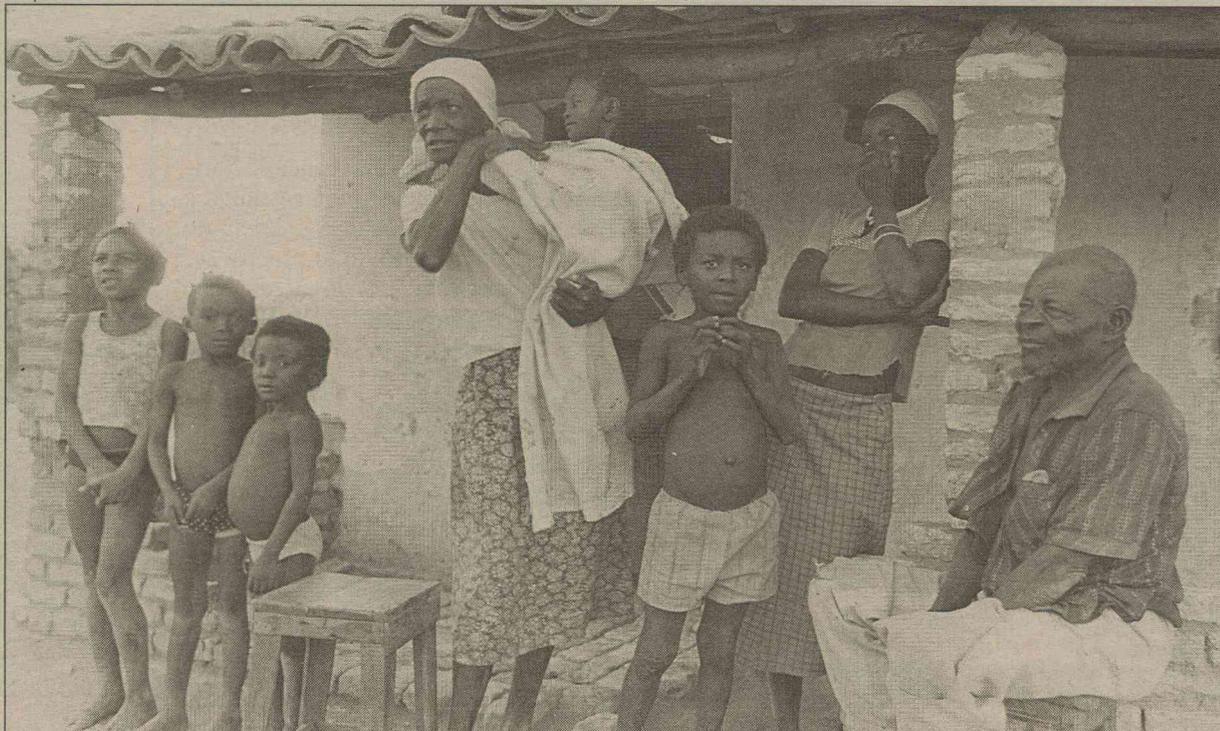
**A**ntropóloga Julie Cavignac, no artigo "A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte" diz que a existência de pequenas comunidades rurais no interior do estado contrasta com o que Câmara Cascudo anunciou em 1934, após uma longa viagem de 1.307 Km pelo sertão do Rio Grande do Norte, quando disse não haver encontrado um único negro. Apesar dessa polêmica, a pesquisadora encontrou raros registros de agrupamentos negros no interior da região que respondem à classificação de quilombos.

Hoje, no Estado, Julie aponta para um número variável de comunidades de afro-descendentes - de dez a cinquenta registros -, reunidas em comunidades rurais, de caráter endogâmico, ainda tendo uma memória genealógica forte. Porém, o acesso a essas fontes é difícil e existem poucos detalhes sobre os contextos, a metodologia e os critérios utilizados na realização destes mapeamentos.

Segundo a antropóloga, os membros dos grupos designados sob o termo genérico de "negros" se reconhecem, às vezes, como os descendentes dos africanos, mas nem sempre como os dos escravos. De fato, são muitas vezes comunidades formadas por escravos fugidos ou que surgiram após a abolição.

"Assim, por exemplo, é estranho encontrar os "Caboclos da Cachoeira", no município de Caratúbas, registrados como sendo uma comunidade negra, quando, tradicionalmente, a categoria 'caboclo' designa os descendentes das populações indígenas e que o único estudo chama a atenção para a origem portuguesa do grupo", descreve.

Arquivo/DN



Fora algumas raras exceções, os grupos ainda não são bem conhecidos e, cada vez mais, tendo sofrido um forte êxodo rural, encontram-se desestruturados e conhecem dificuldades econômicas. Há uma grande resistência, entre os membros destas 'comunidades', no auto-reconhecimento coletivo como afro-descendente e na busca de uma "história enterrada".

"Por outro lado, quando investigamos a memória individual dos descendentes dos africanos, e mesmo tendo a presença de escravos atestada historicamente nas zonas montanhosas do estado - como Serra Negra, Martins, Pau dos Ferros ou Portalegre -, raras são as pessoas que se reclamam de um ancestral escravo ou que têm uma lembrança específica 'do tempo da escravidão'".

## ONG KILOMBO

Para Julie, no Rio Grande do Norte, o debate sobre os quilombolas ainda não tem expressão, "pois o despertar étnico é ainda tímido e pouco visível". Mas, uma instituição que vem levantando essa discussão é a organização não-governamental Kilombo, cujo objetivo principal é o combate ao racismo. Atuando em Natal há mais de dez anos, hoje, o trabalho da ONG está quase que exclusivamente voltado para as comunidades quilombolas do Estado.

De acordo com Elizabeth Nascimento, coordenadora da instituição, a Kilombo vem se articulando com outras entidades no sentido de garantir melhores condições às comunidades remanescentes de quilombos. "Atualmente, temos uma inserção em cerca

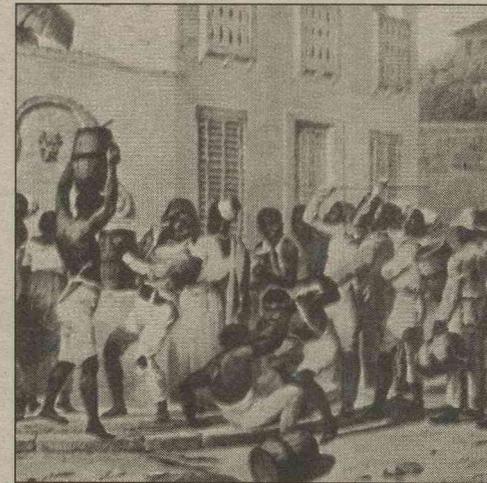
de dez comunidades, que apresentam características similares, como sua localização, na maioria, em serras, em locais de difícil acesso, e tendem a ser mais pobres do que as comunidades rurais", disse.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar das comunidades terem uma qualidade de vida muito baixa, Elizabeth disse que houve uma melhora devido às políticas públicas voltadas a elas. "Em geral, eles vivem da agricultura e estudam de acordo com as condições de suas localidades. Muitos municípios oferecem apenas o Ensino Fundamental, então eles tendem a concluir este nível de ensino e parar por aí por não terem condições de se deslocar para uma cidade maior", explicou.

Nesse sentido, a coordenadora enfatizou que a Kilombo está buscando apoio junto às prefeituras desses municípios para viabilizar condições de educação, para que os estudantes cheguem ao Ensino Superior. "Aí, entra a questão das cotas, e junto a isso a discussão da implantação da disciplina sobre história da África, numa parceria junto à Secretaria de Educação do Estado".

Elizabeth ainda destacou um projeto realizado em 2003, onde foram reunidas várias lideranças das comunidades quilombolas por meio de um curso de capacitação visando oferecer a essas pessoas conhecimentos. "A ação teve um resultado bastante interessante, pois foi quando muitas pessoas começaram a se envolver realmente com o movimento, despertaram para essa questão e para o próprio conhecimento de sua capacidade", concluiu.



Os grupos de negros se reconhecem às vezes, como os descendentes dos africanos, nem sempre como os dos escravos"

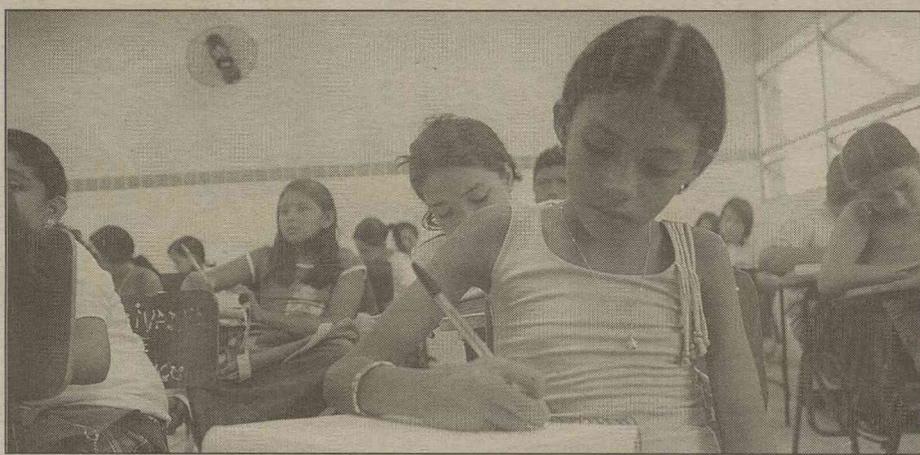
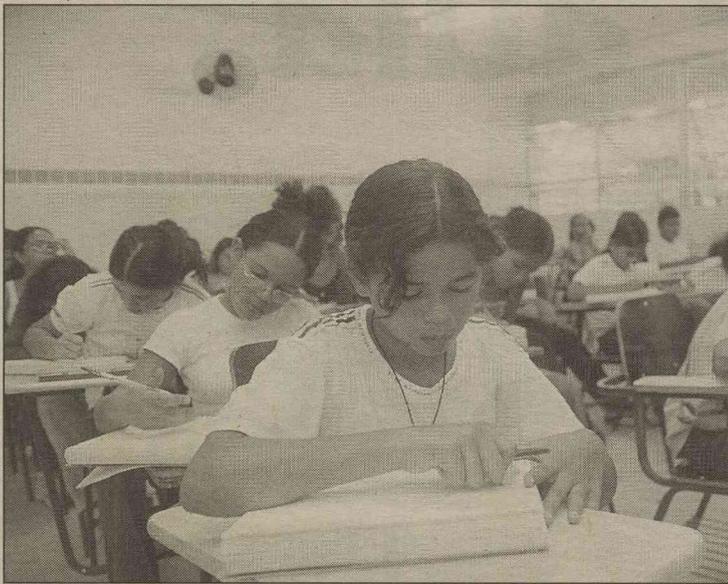
## COMUNIDADES ONDE A KILOMBO DESENVOLVE ATIVIDADES:

- . Moita Verde, em Parnamirim
- . Capoeiras, em Macaíba
- . Grossos e Pavilhão, em Bom Jesus
- . Sítio Pega e Sobrado, em Portalegre
- . Nova Descoberta, em Ilmo Marinho
- . Gameleira, em São Tomé
- . Aroeira, em Pedro Avelino
- . Jatobá, em Patu
- . Boa Vista dos Negros, em Parelhas
- . Macambira, em Bodó
- . Sibaúma, em Tibau do Sul
- . Negros do Riacho, em Currais Novos

TESE PROFESSORA DA UFRN CONSTATA PRECONCEITO EM SALA DE AULA

# “A escola brasileira não está preparada para as diferenças”

Fotos Arquivo/DN



A afirmação é da professora Wilma Coelho, autora da tese de Doutorado que defende justamente a condição de que os alunos negros são relegados em sala de aula. Produzido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob orientação do professor Dr. José Willington Germano, o trabalho, agora publicado em livro, sob o título de "A cor ausente", versa sobre a formação de professores para o trato da questão racial oferecida pelo Instituto de Educação do Estado do Pará, nas décadas de 1970 e 1980.

De acordo com Wilma, os problemas do racismo no Brasil são resultados da falta de estrutura social

e cultural, do desconhecimento, por parte dos professores, da história dos negros e seus descendentes, reforçada por livros didáticos mal formulados. "Na escola ainda se reproduz a idéia do senso comum de que vivemos num paraíso racial, o desdobramento desse discurso, é a reprodução de preconceito".

Dessa forma, disse, tanto os professores da rede pública quanto os da privada não estão preparados para lidar com esta questão em sala de aula. "Primeiro porque a questão racial não fazia parte do conteúdo obrigatório dos currículos de formação de professores. A ausência da disciplina História da África, na maioria dos cursos de licenciatura em História, no Brasil, indica tam-

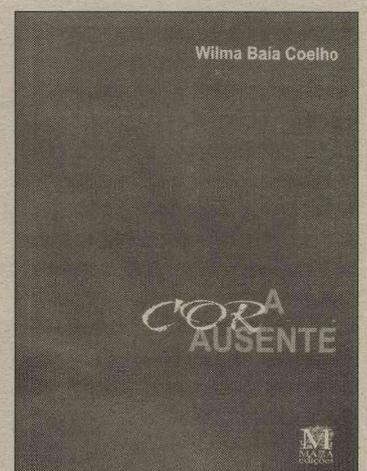
bém uma limitação na raiz do problema", explicou.

Sobre a Lei 10.639/2003, Wilma acredita que ainda existem lacunas a serem preenchidas. "Mesmo assim, é a única forma de se discutir o problema, sendo um dos caminhos para se debater questões como as cotas para as minorias nas universidades públicas". Já em relação aos livros didáticos, a professora analisa que, em muitos casos, o negro e o índio ainda aparecem de modo desumanizado e desprovido de referência familiar.

"O nocivo disso é que livros didáticos se constituem uma obra didática e, em geral, professores da Educação Básica tendem a sacralizar esse instrumento peda-

gógico, muitas vezes, sem a acuidade necessária, pois esse livro didático se constitui como parte importante da construção da identidade da criança".

Por outro lado, disse, isso pode desencadear na criança negra uma autonegação e baixa auto-estima. Em consequência, também a criança branca percebe que tem um diferencial na escola e na sociedade, e poderá também reproduzir esses procedimentos. "A criança negra que recebe esse ensinamento fixa a idéia de que está no lugar da miséria, no lugar da feiúra, no lugar da preguiça, que só serve o futebol, e a escola tende a reforçar essas práticas discriminatórias que estão presentes na sociedade", concluiu.



A tese da professora Wilma Coelho foi transformada no livro "A cor ausente"

INTERDISCIPLINARIDADE PROFESSORES ESTUDAM COMO ABORDAR O TEMA EM SALA DE AULA

# A identidade negra em sala de aula

Foto: Joana Lima/DN

Legislação determinou prazo de um ano para que todas as escolas públicas e privadas insiram, nos currículos, o ensino da história e cultura afrobrasileira



**“Nos Centros Escolares temos apenas 150 alunos que se consideram afros descendentes. Há uma situação em que o aluno negro não quer se enxergar”**

ADRIANA AMORIM  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Como ensinar o que não se conhece? Esta parece ser a questão mais discutida nas escolas de Ensino Médio de todo o Brasil, em virtude da promulgação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. No Rio Grande do Norte, o tema é ainda mais polêmico, principalmente porque a ausência da história da África também é uma lacuna nos currículos das principais instituições de Ensino Superior presentes no Estado.

Apesar de a lei existir há mais de três anos, apenas algumas escolas da Rede Estadual de Ensino iniciaram trabalhos pontuais, mas muitos sequer avançaram. Agora, a legislação determinou um prazo de um ano para que todas as escolas públicas e privadas insiram em seus currículos o ensino da cultura afro-brasileira.

No entanto, o grande problema é que a es-

cravidão sempre foi abordada de uma maneira negativa, impedindo que os próprios alunos afros descendentes se vejam positivamente, seja na formação de sua herança ou da história do Brasil, como explicou Eduardo Pereira, professor de História lotado na Subcoordenação do Ensino Médio (SUEM), da Secretaria de Educação do Estado.

Segundo ele, existe um paradoxo quando se aborda a questão da identidade negra. "Nos centros escolares, temos apenas 150 alunos que se consideraram afros descendentes. Agora, imagine que são mais de 70 comunidades quilombolas no Estado. Ou seja, há uma situação em que o aluno negro não quer se enxergar negro", disse, ressaltando que, embora a Lei tenha um propósito positivo, a temática pode ser ainda mais negativa caso os professores não estejam preparados para tal. "Nós temos um sério problema, mas que esperamos solucioná-lo".

Para isso, de acordo com Eduardo Perei-

ra, a Secretaria Estadual de Educação está fazendo uma tentativa de resgatar a verdadeira história e cultura afro-brasileira e africana, além de mostrar aos professores a importância de abordar em sala de aula a questão da identidade negra. "A SUEM montou, este ano, um grupo de profissionais das áreas das Ciências Humanas e Linguagem, no sentido de propor alguns trabalhos que visem preencher essa lacuna, além de atender o que a lei pede", disse, enfatizando que o projeto está em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

"Nosso objetivo é estreitar ainda mais os laços com a academia e discutir ações que viabilizem, principalmente, uma mudança de postura dos professores das diversas disciplinas que, ao trabalharem seus conteúdos, possam valorizar essa identidade negra e com isso levar uma posição crítica para a sala de aula", explicou.

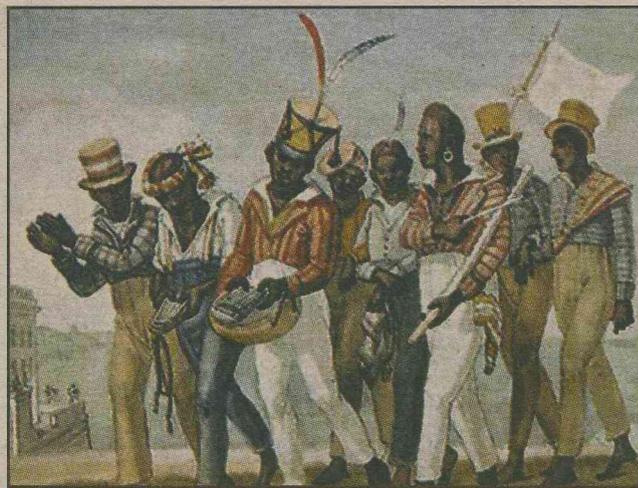
# Capacitação

O primeiro passo do projeto foi a realização de uma capacitação com os professores da área das Ciências Humanas, envolvendo as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Cultura e Economia do RN, como explicou Elizabeth Jácome, subcoordenadora do Ensino Médio. "Como nós trabalhamos com a interdisciplinaridade, os professores da área da Ciência também podem fazer parte, bem como os profissionais de Sinais e Códigos", disse.

A capacitação aconteceu nos dias 4 e 5 de outubro, no Instituto de Formação Superior Presidente Kennedy, com representantes das 282 escolas de Ensino Médio de todo o Rio Grande do Norte. Sob coordenação de Elizabeth e de Aliete Cavalcante, o evento teve como tema central "As novas perspectivas sobre o estudo da história e da cultura africana".

"Junto com os professores, pretendemos articular propostas que viabilizem ações políticas e pedagógicas da referida legislação resultando em uma produção didática acerca dessa temática", explicou, complementando que o material produzido será o grande elo de comunicação entre professor e aluno. "O evento constou de diversas oficinas temáticas, com a participação de profissionais capacitados e conscientes do propósito do projeto".

Na opinião de outro membro do grupo, professora Rita de Cássia, de Geografia, a iniciativa é uma grande contribuição na discussão da cultura africana e dos afros descendentes. "É uma temática que está sendo colocada de forma transversal, principalmente na área das Ciências Humanas, mas permeando também todas as áreas do conhecimento".



Os professores pretendem fazer uma produção didática sobre o tema que sirva de elo de comunicação entre eles e o aluno

Fotos: Arquivo/DN



## Trabalhando a mudança de postura

A ausência da história da África é uma das maiores lacunas no sistema educacional brasileiro, o que impossibilita aos afros descendentes construir uma identidade positiva sobre as suas origens. Ao mesmo tempo, abre espaço para hipóteses sem fundamentação teórica geradora de preconceito sobre as origens dos afros descendentes, permitindo reprodução e difusão de concepções racistas sobre as origens da população negra.

Na opinião das irmãs Clotilde e Clélia de Souza, graduadas em Letras e também mem-

bros do grupo temático que visa propor alternativas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, normalmente, a palavra "negro" está associada a feio, delinquência, marginalidade, entre outros. "O negro ficou posicionado na sociedade de tal forma que perdeu sua identidade, onde ele não assume a sua cor, a sua origem", disse Clotilde.

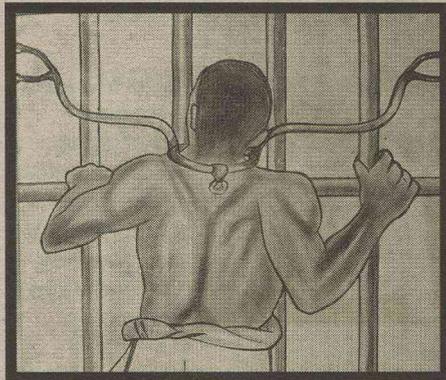
Segundo ela, o trabalho de sensibilização proposto pela SUEM é um grande diferencial para a mudança de postura desses alunos afros descendentes, que vão passar a se enxergar de

uma maneira melhor. "Isso será disseminado pela sociedade através da comunidade escolar, ou seja, é um trabalho multiplicador".

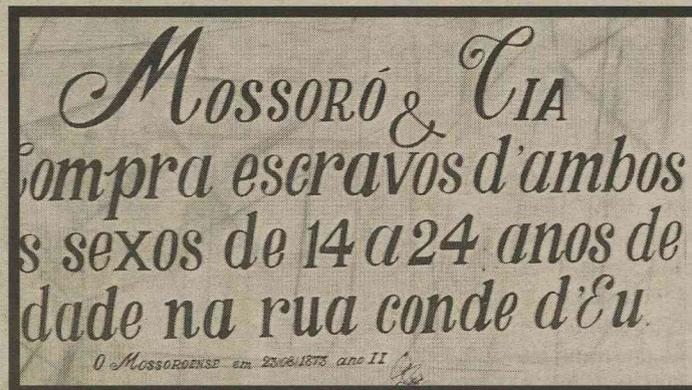
Para Clélia, o Rio Grande do Norte conseguiu dar passos importantes com a implantação das disciplinas de Economia e Cultura no RN. "Educação é a base de tudo e é importante que essa questão da igualdade racial se faça presente. Mas, o mais importante é trabalhar em prol da concretização da eliminação de qualquer tipo de preconceito, não só o racial, também o social", concluiu.



Trabalhos de estudantes de projeto da E.E. Aida R. Cortez Pereira no I Fórum Estadual "De Escola Para Escola", em 2001, promovido pela SECD



Desenho do aluno Jeová: "Prisão d'escravos" na cadeia pública de Mossoró, preso com gargalheira. Noticiado em 23/08/1874.



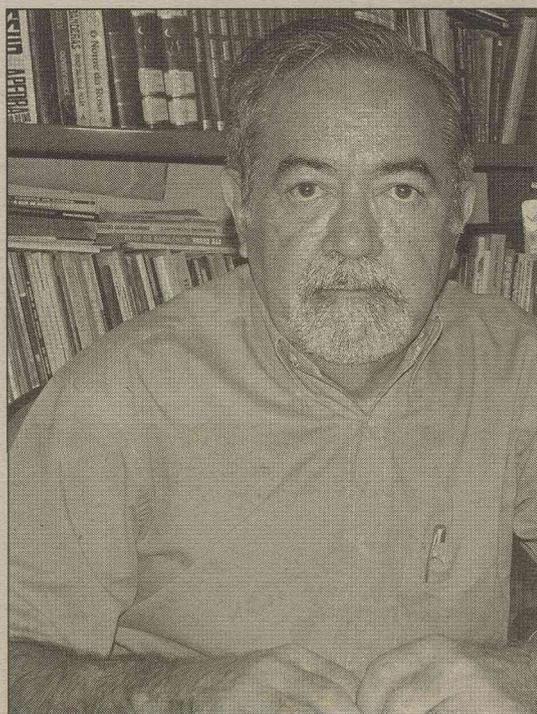
Desenho do aluno Jeová: "Anúncio de Compras de Escravos". Noticiado no jornal O Mossoroense em 23 a 31/08/1873.

"Tentativa de estupro em dias de janeiro por ocasião da Festa de Santa Luzia" a uma escrava adolescente. Noticiado em O Mossoroense de 02/02/1874



DESTAQUE JORNALISTA FALA SOBRE A POLÊMICA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

# Tradição e coragem de Mossoró



Jornalista Rubens Coelho fala em seu livro sobre a cidade de Mossoró na abolição dos escravos

Nem a primeira, nem a terceira, quarta ou quinta... Mossoró foi a segunda cidade brasileira a libertar os escravos. A precursora, na verdade, foi Aracape, uma pequena cidade no interior do Ceará, que deu o grito de alforria sete meses antes do 30 de setembro de 1883, data fielmente celebrada com grande festa todos os anos em Mossoró, que continua com o mérito de ter sido a primeira no Rio Grande do Norte a emancipar a escravidão.

Tais fatos não têm origem recente. Muitos historiadores e pesquisadores, como Francisco Fausto de Medeiros, Raimundo Nonato e Vingt-un Rosado, por exemplo, registraram essas ocorrências. E quem vem trazer à tona esses apontamentos é o jornalista Rubens Coelho, residente em Mossoró e autor de seis livros, entre os quais "Precedentes e Verdades Históricas", já em sua 2ª Edição, onde é abordado o movimento negro no Nordeste.

Nesta obra, Rubens dedica um capítulo especial sobre a abolição em Mossoró, fazendo um registro de ocorrências importantes que apontam para a veracidade de muitos estudiosos, mas, sobretudo, que contestam uma história que continua a alimentar o pioneirismo mossoroense de libertar os escravos antes da abolição feita oficialmente em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea.

Para isso, o jornalista precisou pesquisar em documentos da época, realizando leituras de pesquisadores e historiadores sobre o tema abordado. "Vale salientar que o papel da Maçonaria no movimento abolicionista mossoroense

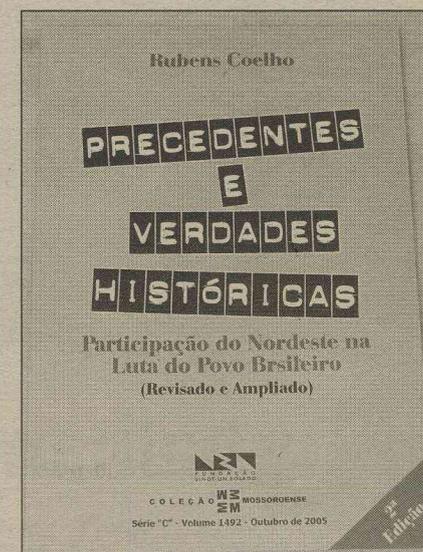
## QUEM É

Rubens Coelho nasceu em Milagres-CE, morou 11 anos em Fortaleza, 20 em São Paulo e 19 anos em Mossoró, onde reside atualmente. É graduado em Geografia pela PUC de São Paulo e Ciências Sociais pela Universidade de Mogi das Cruzes-SP. Exerceu o magistério e jornalismo, e é, atualmente, articulista do jornal Gazeta do Oeste, escrevendo um artigo semanal. Além disso, é sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, diretor do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP), sócio correspondente do Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC), sócio da Sociedade Brasileira de Estudo do Cangaço (SBEC) e sócio da Fundação Ving-tun Rosado.

foi fundamental. A Loja Maçônica 24 de Junho, fundada em 1873, participou ativamente do movimento, e todos os seus membros eram abolicionistas", disse.

A partir de 1880, apareceram inúmeras sociedades de combate à escravidão. Em Recife-PE, é criado o "Clube do Cupim", uma entidade liderada pelo maranhense João Ramos e que tinha por finalidade lutar pela libertação dos escravos, bastante procurada pelos negros em busca de alforria. "Nesse mesmo ano, foi criada a Fundação da Sociedade Libertadora do Ceará, por intelectuais e políticos cearenses, e entre seus membros se destacaram João Cordeiro e o potiguar Almino Afonso", explicou.

Dessa forma, como conta Rubens, três anos depois, em 1º de janeiro de 1883, a cidade de Aracape-CE liberta seus escravos. "Apesar de o Ceará ter decretado a libertação

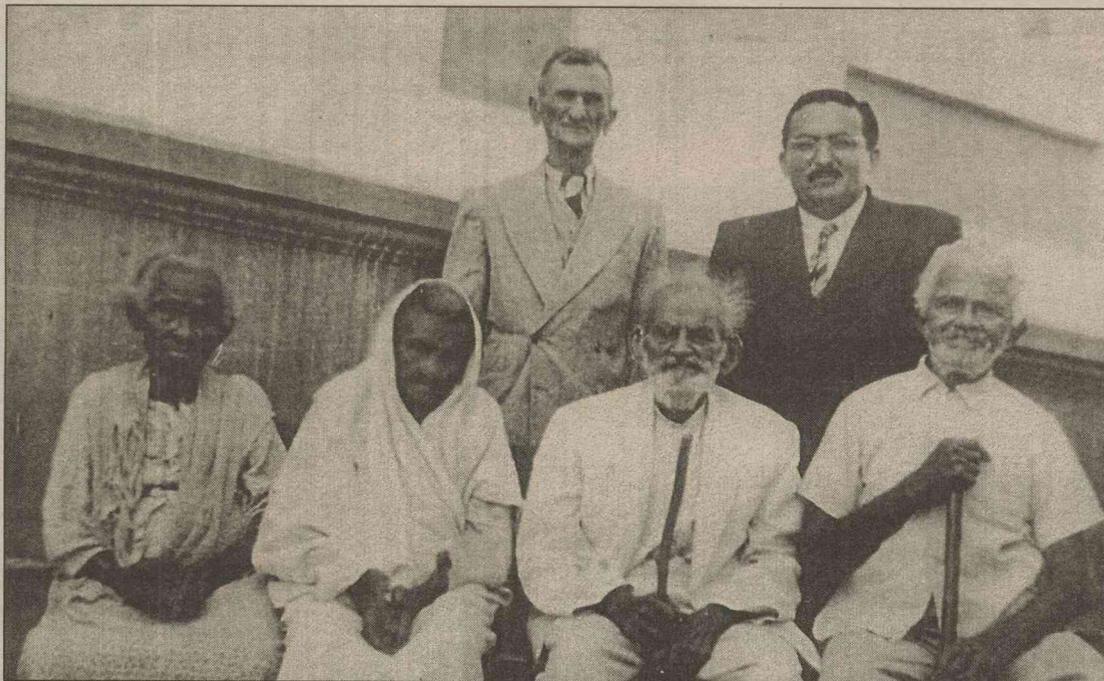


em 22 de abril de 1884, muitos registros históricos atestam para o seu pioneirismo", ressaltou. Neste mesmo mês, no dia 6, é criada em Mossoró a Sociedade Libertadora Mossoroense. "A partir de então foram dados os primeiros passos na luta pela abolição dos escravos nessa cidade", enfatizou.

Finalmente, no dia 30 de setembro de 1883, a Loja Maçônica "24 de junho" recebe uma delegação do Ceará de abolicionistas comandada por Almino Afonso, e da qual fazia parte o presbítero americano De Lacey Wardlaw, que, na ocasião, fez uso da palavra exaltando a proclamação da abolição dos escravos.

Rubens Coelho ainda enfatiza que, após o feito, Mossoró passou a ser a rota segura de escravos fugitivos, que eram, posteriormente, transferidos para Aracati e Fortaleza, no Ceará. "Mesmo assim, os escravos de Mossoró ainda precisaram passar por um longo processo a caminho da liberdade, já que muitos escravocratas relutaram contra a abolição", disse.

Os grupos de negros se reconhecem às vezes, como os descendentes dos africanos, nem sempre como os dos escravos"



Grupo de ex-escravos com o major Romão Filgueira e o historiador e escritor Vingnt-un Rosado

## Tese de mestrado esquentada polêmica

De fato, foram os cearenses quem trouxeram para Mossoró o "grito de liberdade", mas, de acordo com Emanuel Pereira Braz, Mestre em Ciências Sociais pela UFRN, a segunda maior cidade do Estado foi a sexta do Brasil a libertar os escravos. De acordo com o professor, Mossoró tornou-se mais uma cidade a determinar o fim da escravidão, pois, no Ceará, cinco municípios já haviam decretado tal fato.

O assunto foi tema de sua dissertação de Mestrado, em 1998, e surgiu após perceber a crença da população de que Mossoró havia sido a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão. Em seu trabalho, Emanuel, que hoje é Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Professor Titular das Cadeiras Metodologia do Ensino da História e História do Brasil, faz uma análise de todo o contexto histórico, os fatos que levaram a sociedade a aceitar de imediato a ação abolicionista e até mesmo o posicionamento adotado por donos de escravos da região.

Segundo ele, em Mossoró, o mito da abolição da escravidão foi sendo construído, entre outras condições, pelas ações do poder público que historicamente investe na renovação dos festejos populares, os quais influenciam a mente do mossoroense e afetam os sentimentos. "O convívio no espaço urbano, incluindo a paisagem da cidade, suas ruas, prédios, bairros, logradouros públicos foram sendo modificados para dar materialidade ao mito do 'pioneirismo mossoroense'", observou.

Dessa forma, disse, concomitante a esta iniciativa do poder público municipal, veio também a renovação dos festejos comemorativos ao 30 de setembro de 1883. "Foi assim que estas ações encetadas para a integração da força social para a estruturação do significado mítico me despertou para a pesquisa a respeito desse fato histórico, dos mais valorizados para os mossoroenses", explicou.

### DIAS CONTADOS

Na opinião de Emanuel Braz, um dos marcos determinantes para a decadência da escravidão no Brasil foi a decretação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), a qual

acabou com o tráfico externo de escravos. "Sendo decretada a proibição da renovação da mão-de-obra proveniente da África para o Brasil, era a certeza de que a escravidão estava com os seus dias contados", disse.

Mesmo assim, explicou, a elite dominante política e economicamente defendeu a continuidade da escravidão até a sua desmoralização. Nesta época, o Brasil tinha a ascensão da produção do café na Região Sudeste, enquanto que os latifundiários das Regiões Norte e Nordeste enfrentavam um refluxo econômico resultado da decadência principalmente da produção do açúcar.

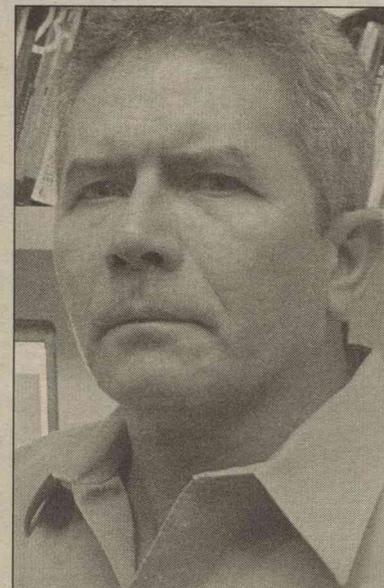
"Esta realidade provocou um deslocamento em massa da mão-de-obra escrava, e os senhores de escravos das regiões norte e nordeste conseguiram vender os escravos a preços exorbitantes para os latifundiários do café, houve, certamente, uma valorização maior desses trabalhadores porque o tráfico externo já fora extinto, valorizou significativamente os escravos das regiões norte e nordeste".

Dessa forma, o deslocamento dos escravos para os cafezais da região sudeste, entre outras condições, levou recentes escravistas das regiões Norte e Nordeste a assumirem posições em defesa da abolição. "Esta foi a realidade imposta pelas mudanças nas relações de trabalho que foram adotadas nas regiões onde a produção não mais convive com os conflitos do trabalho compulsório. A elite dominante que, há bem pouco tempo, convivia com a escravidão, agora, nesta realidade, não dependendo mais da mão-de-obra escrava, assume um 'discurso literário' nos moldes liberais que a época lhe propicia. Assim ocorreu em Mossoró em 1883", explicou.

Segundo Emanuel, a condição de escravos domésticos determinava relações entre senhor e escravo diferentes daquelas condições dos escravos do litoral que trabalhavam na produção do açúcar, sendo que os escravos urbanos, após serem libertos, permaneciam sob a tutela do senhor. "A liberdade nesta realidade trouxe mais 'status' para o senhor do que para os afros descendentes que continuaram sendo discriminados em uma sociedade em que a condição de ser e estar era determinada pela aparência e a cor da pele, indicando assim sua condição social".



"Libertadora Mosoroense" entidade pioneira da campanha redentora que declarou livres todos os escravos do município na sessão de 30/09/1873



Emanuel Pereira Braz é professor e diretor da Faculdade de Filosofia da UFRN

“ Mossoró foi a sexta cidade do Brasil a libertar os escravos. Foram os cearenses que trouxeram para a cidade o 'grito de liberdade' ”

## Mossoró após a escravidão

Nas duas últimas décadas do século XIX, a abolição da escravidão em Mossoró não trouxe nenhuma mudança marcante. De acordo com professor Emanuel, é fato incontestável que até as primeiras décadas do século XX não havia comemorações deste fato na data do seu aniversário.

"A revitalização veio com a institucionalização do feriado municipal em 30 de setembro de 1913. Contudo, foi a partir da década de cinquenta, marcadamente em 1953, quando Vingnt Rosado, então prefeito da cidade, implementou ações com o intuito de perpetuar na memória social este fato histórico", disse.

Dessa forma, explicou, as ações continuadas por Dix-Huit Rosado, dois mandatos na prefeitura de Mossoró durante a década de 1990, e pelos seguidores desta forma de manutenção e renovação das tradições, atualmente marcam a paisagem urbana da cidade de Mossoró com o nome de ruas, prédios públicos, conjuntos residenciais, construção de monumentos, dentre outros.

"Mas o investimento de maior repercussão social é, sem dúvida os festejos do 30 de setembro, que tem cada ano reativado no 'imaginário social' este fato histórico ocorrido há mais de cem anos, e que é apropriado pela elite política no que ele pode significar de fantástico e impressionante como formas de dominação", concluiu.

# Cidade de poucos escravos

Se o Rio Grande do Norte não chegou a ser um Estado que dependesse da mão-de-obra escrava para o seu desenvolvimento, imagine Mossoró, que nem engenhos possuía, e apenas cuidava do gado, atividade que não necessitava de muitos braços. Estima-se que a cidade tinha na época que libertou seus escravos cerca de 153 negros para uma população de 2.493 pessoas.

Entretanto, segundo o historiador Raimundo Nonato, esse número era ainda menor, em torno de 58 escravos. Na opinião do jornalista Rubens Coelho, o número de escravos é irrelevante, "pois, a quantidade que fosse, a escravidão era uma terrível crueldade humana, tanto fazia para um só, como para um milhão", disse.

No dia 1º de setembro de 1848, Casimiro José de Moraes Sarmiento, deputado geral pelo Rio Grande do Norte, falava durante sessão daquele dia:

*"Concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto que têm 20, 25 e 40 trabalhadores livres, e se não os têm em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagão. Disto se convenceu o orador quando ali foi presidente, porque em consequência de elevar o salário a 400 reis por dia, nunca lhe faltaram operários livres para trabalharem na estrada que teve de fazer".*

Mas, se o número de cativos era tão baixo, o que justificou o movimento abolicionista em Mossoró? O ano de 1877 foi terrível para os sertões nordestinos. A terra era

devastada por uma aterrorizante seca que se estendeu até 1879. A população faminta abandonava seus lares em busca do litoral. Mossoró, Macau e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, Aracati e Fortaleza, no Ceará, abrigaram grupos numerosos de flagelados. Mas não eram só os pobres que sofriam com a seca.

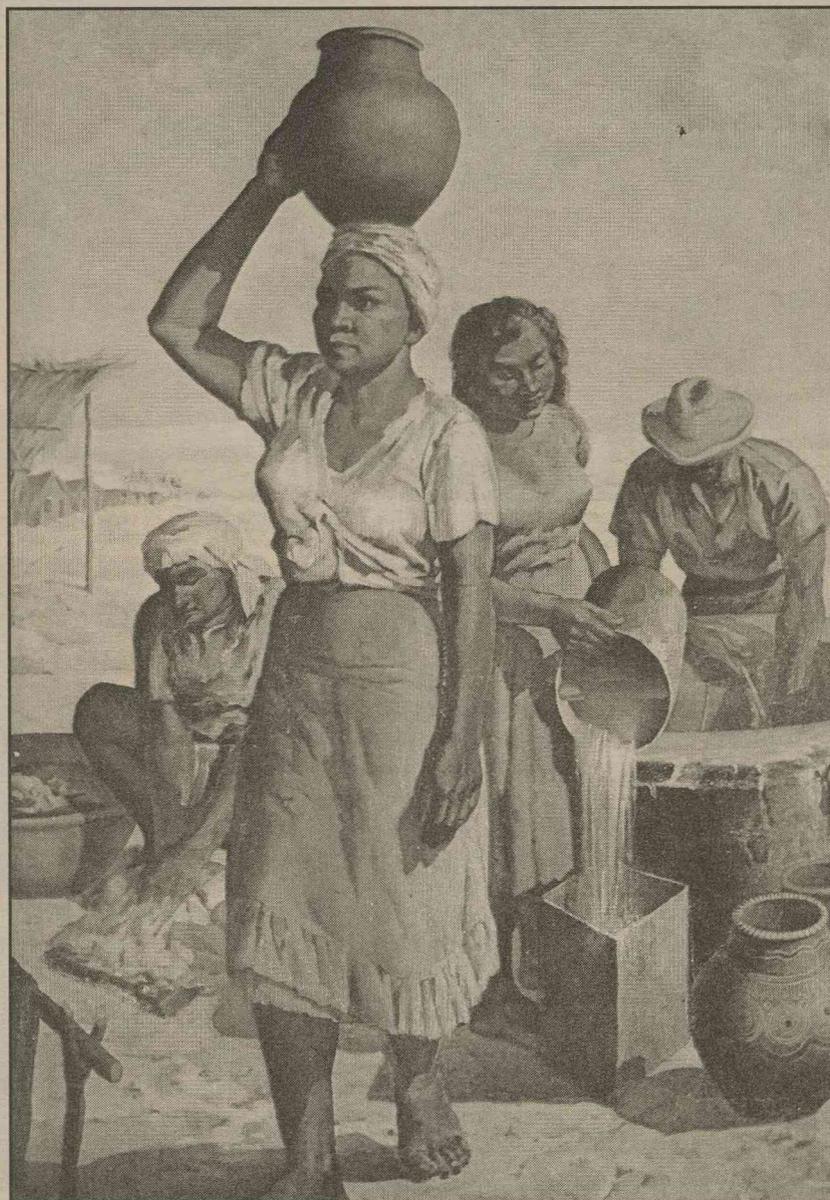
Os ricos fazendeiros, donos de escravos também sofriam. E para amenizar os prejuízos, esses fazendeiros mandavam para as cidades litorâneas seus escravos para serem vendidos, e Mossoró por ser uma das cidades onde o comércio mais florescia, recebia muitos escravos para esse fim.

Desse modo era estabelecido na cidade o comércio dos escravos. Várias casas comerciais se especializaram nesse tipo de mercadoria, entre elas a "Mossoró & Cia", de propriedade do Barão de Ibiapaba. Os escravos comprados em Mossoró eram remetidos para Fortaleza e, dali, para as províncias do sul. Talvez tenha sido esse tipo de comércio que tenha despertado o sentimento de piedade pelos cativos.

Mossoró a única cidade do Brasil a festejar anualmente a data da libertação dos seus escravos, de acordo com Rubens Coelho. Após a promulgação da Lei nº 30, de 13 de setembro de 1913, o dia 30 de setembro foi declarado feriado municipal, ainda hoje comemorado com muito entusiasmo pela cidade de Mossoró.

"O 30 de Setembro é a data magna da cidade com festas, feriado e tudo mais, fazendo lembrar o feito histórico para as gerações que se sucedem não o esquecerem. Desconhecemos outro lugar que faça o mesmo, embora saibamos que os negros ainda têm muito o que conquistar, mas a abolição dos escravos foi o ponto inicial e mais importante para sua completa emancipação".

ESTATÍSTICAS NA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS, MOSSORÓ TINHA CERCA DE 153 NEGROS



Negra escrava carregando água numa moringa, numa das inúmeras atividades domésticas.

Na foto abaixo, o estandarte da Libertadora Mossoroense, confeccionado com franjas e letras douradas pela Sinhá Galvão, esposa de Romualdo Galvão, presidente da Intendência no período abolicionista

Os grupos de negros se reconhecem às vezes, como os descendentes dos africanos, nem sempre como os dos escravos”



AFINIDADE O PRÍNCIPE DOS POETAS ERA TAMBÉM ABOLICIONISTA POR INFLUÊNCIA DE CASTRO ALVES

# Segundo Wanderley

## Poeta dos Escravos no RN

Considerado o maior poeta do Rio Grande do Norte de sua época, Manoel Segundo Wanderley, por inspiração de Castro Alves, abraçou o "condoreirismo", na terceira geração do romantismo brasileiro, assumindo a postura de único poeta norte-riograndense a ter participação ativa no movimento abolicionista.

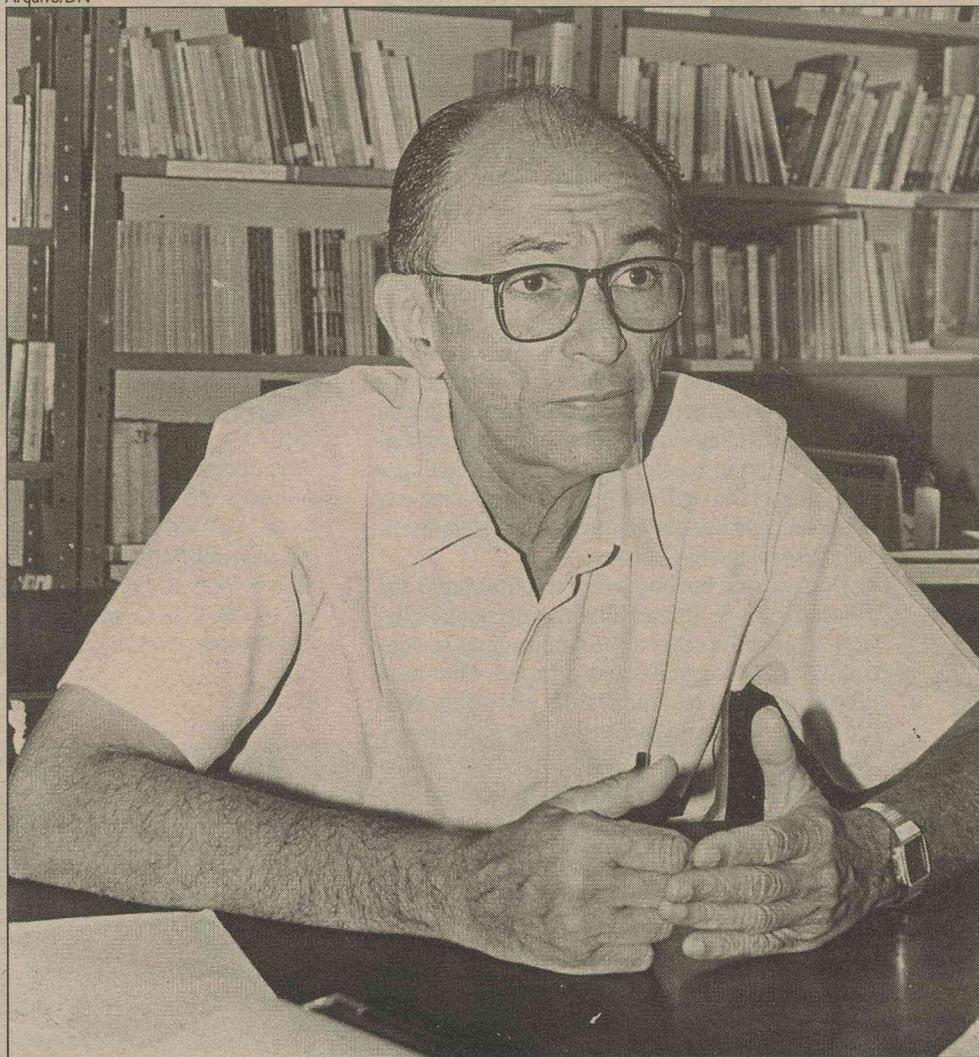
Apesar do seu talento, Segundo Wanderley foi duramente criticado, sobretudo por causa da forte influência que recebeu do poeta baiano Castro Alves. Estudioso da obra de Segundo Wanderley, o historiador Cláudio Galvão disse que "muito se comentou no princípio do século, sobre a influência de Castro Alves na poesia de Segundo Wanderley, como se consistisse em demérito ao discípulo, guardar as marcas do mestre".

Foram nove anos na Bahia, recebendo influências de intelectuais, especialmente no agitado ambiente da Faculdade de Medicina, em meio aos movimentos estudantis. "Entusiasmado e vibrante de solidariedade humana, fruto de uma rígida formação moral e religiosa, Segundo Wanderley já levava plasmados em sua sensibilidade os elementos que o fazia apto para receber e amplificar a mensagem abolicionista que fermentava em todo o Brasil e, na Bahia tivera em Castro Alves, audacioso vulcão".

Infelizmente para o Rio Grande do Norte, Segundo Wanderley viveu o momento abolicionista brasileiro em Salvador; e lá foram escritos e declamados os seus vibrantes poemas sobre o tema. Se aqui estivesse, na opinião de Cláudio Galvão, certamente teríamos tido a sua entusiasmada participação nos nossos jornais abolicionistas, como o fez, ao voltar a Natal, e uma vez apenas na "Gazeta de Natal", nº 120, de 13 de maio de 1899, primeiro aniversário da Lei Áurea.

Teria celebrado, certamente, com o Boletim da "Libertadora Nortriograndense", que publicaria nove números de janeiro a dezembro de 1888 e, teria participado da fundação e atividade da Sociedade Libertadora Nortriograndense, criada e liderada pelo seu colega médico e professor do Atheneu, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e presidida por padre João Maria Calvanti de Brito.

Arquivo/DN



O historiador e escritor Cláudio Galvão é estudioso da obra do poeta potiguar, Segundo Wanderley

### POESIA

*"Traz na frente augusta, imensa,*

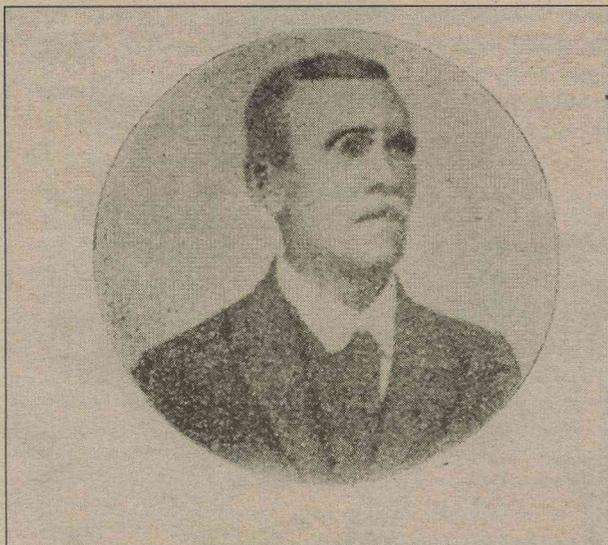
*Como dogma, como crença,*

*Uma idéia - Abolição*

*Seu verbo - é mais que espada*

*Seu braço forte é a enxada*

*Do túmulo da escravidão"*



### PERFIL

Segundo Wanderley nasceu em Natal, em 6 de abril de 1860. Filho de Dr. Luiz Lins Wanderley e D. Francisca Carolina Lins Wanderley. Estudou em Natal e em Recife e, em 1880, partiu para Salvador, onde se formou em Medicina, no ano de 1886. Em 1889 ele volta a Natal, já casado com a baiana Amália da Mota Bittencourt e exercendo sucessivamente as funções de lente de Filosofia, Francês, Física e Química e História Natural no Atheneu Norte Riograndense; inspetor da Saúde e do Porto, médico-adjunto e diretor do Hospital de Caridade, inspetor de higiene. Foi eleito deputado estadual em 1906.

Na Bahia estreou como poeta com o livro Estrelas Cadentes (1883), ao qual se seguiram outros volumes de poesia. O livro "Poesias", de Segundo Wanderley, teve três edições, editadas em Fortaleza (1910 e 1928) e a última, pela tipografia Galhardo, em Natal, no ano de 1915. A primeira edição traz um estudo de Gotardo Neto que analisa os dois poetas, o baiano Castro Alves e o potiguar Segundo Wanderley, che-

gando a dizer que "no gênero patriótico, as duas individualidades se completam admiravelmente".

Não foi apenas um grande poeta, mas seu maior destaque foi, sem dúvida, como poeta. Segundo Wanderley morreu em Natal, no dia 14 de janeiro de 1909.

### OPINIÃO

\*\*\* "A poesia de Segundo Wanderley está impregnada da influência de Castro Alves, mas o poeta potiguar influenciou também de maneira decisiva sobre todos os poetas do seu tempo no Rio Grande do Norte". Sobre as críticas que Câmara Cascudo fez em Alma Patrícia a Segundo Wanderley, com ênfase no seu condorismo démodé, Cascudo refez esse juízo em obras posteriores". (Manuel Rodrigues de Melo)\*

O estudo dos afros descendentes, antes considerados pela historiografia como "sem importância" na vida social, vem ganhando força em todo o mundo. No Brasil, esse resgate vem sendo alvo de diversos pesquisadores, entre historiadores, antropólogos, cientistas sociais, e outros. Uma recente e importante pesquisa é a análise sobre descendentes de escravos realizada pela professora Maria Goretti Medeiros Filgueira, especialista em Antropologia e História do Brasil, cujos trabalhos de conclusão se concentraram na escravidão.

Da segunda especialização, concluída em 2005, na Faculdade Integrada de Patos/PB, resultou no trabalho "Recortes de Vidas: Um estudo sobre uma família escrava no semi-árido norte-rio-grandense", que teve como orientador Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, da UFRN. Nele, Goretti fez uma análise de uma família escrava no semi-árido do Rio Grande do Norte e conseguiu mapear seis gerações de descendentes que deram a ela elementos suficientes para reforçar e contestar teses defendidas por historiadores e estudiosos da área.

Para conhecer os reflexos deixados pelos escravos no semi-árido potiguar, a professora teve como fio condutor a investigação do depoimento de Dona Cacilda Neves de Oliveira, que se diz neta de Militana, uma das escravas de Antônia Rufina Praxedes e Lúcio Manoel Fernandes, proprietários em 1885 da Fazenda Sabemuito, localizada no município de Carúbas. "Junto ao depoimento de Dona Cacilda, analisei o inventário de Dona Antônia, bem como outros documentos cartoriais e paroquiais, além de entrevistas e fotografias", disse.

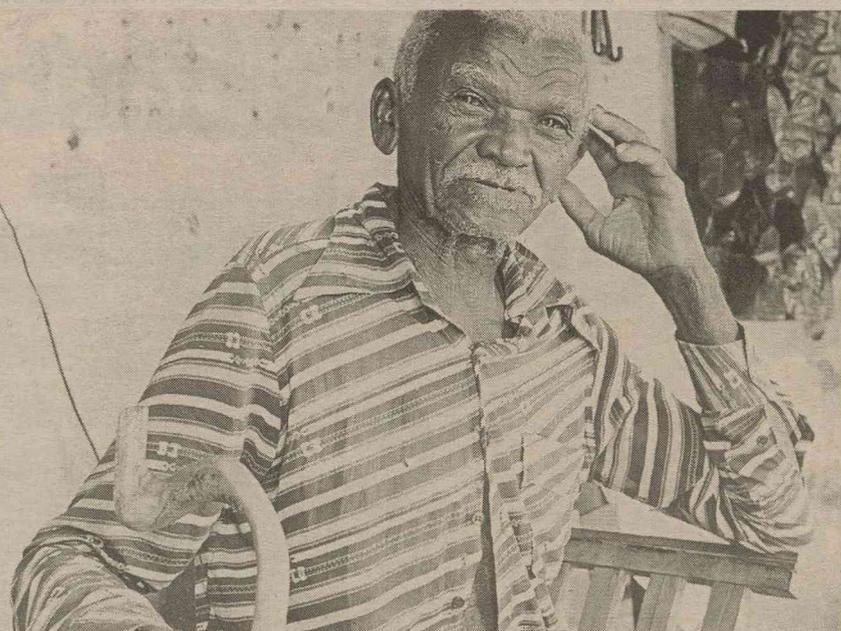
Dessa forma, em busca de elementos junto aos descendentes de Dona Militana e de sua família, Goretti procurou saber alguns indicadores socioeconômicos ao longo das seis gerações. Com base nesse mapeamento, a professora conseguiu analisar a inserção das gerações dos descendentes da escrava liberta Luíza, estabelecendo uma relação entre a ascendência genealógica e a forma de dispersão dessa família, sobretudo a escolaridade e a profissão dos descendentes.

## A escrava Luíza

Luíza era mãe de Militana e de mais cinco filhos, Raimundo, Olímpia, Baldina, Rufina, João e Luís. De acordo com a pesquisadora, a única informação conseguida sobre a condição de escrava foi por ocasião do batismo da filha Rufina, nascida em 18 de outubro de 1864 e batizada na fazenda Sabemuito. "O que é mais provável é que Luíza, por ter dado sete crianças para a família do seu dono, tenha sido alforriada", disse Goretti.

Na opinião da professora, a importância desta pesquisa está ancorada em alguns fatores que se interligam. "Ao tratar-se possivelmente da primeira pesquisa de longa duração sobre afro-brasileiros em nosso Estado, na qual demonstra uma estreita relação da baixa escolaridade e profissão e seus reflexos na qualidade de vida, pode servir de alerta a todos os segmentos políticos e socioeducacionais que integram as instituições em nossa sociedade, uma vez que essa realidade é mais acentuada que à região Sudeste, por exemplo", disse.

Outro ponto destacado por Goretti é que a descoberta do elo da ascendência escrava por essa família, além de aproximar parentes há tempos distanciados, aumentou o interesse de conhecimento entre si. "Noutras palavras, foi aflorado o sentimento familiar. Igualmente importante é que o elo dessa família com ascendência da escrava Luíza, agora historicizada, possa servir de documento comprobatório de inclusão social, assim haja reinvidicação".



# Gerações de Escravos



Dona Cacilda Neves é neta de escrava





# Herança

A pesquisa da professora, feita através do mapeamento das gerações dos descendentes da escrava Luíza, revelou dados interessantes com transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Um dos principais dados está relacionado à educação. Em um universo de quase 300 pessoas entrevistadas, apenas quatro conseguiram chegar ao nível superior.

Isso revela que o percentual afro descendente do RN está abaixo do percentual brasileiro, que está entre 2% e 2,5%. "O melhor rendimento escolar, em termos quantitativo e qualitativo, foi observado na quarta geração, quando houve o ingresso em todos os níveis de ensino", observou.

De acordo com a pesquisadora, o entrelaçamento desses indicadores socioeconômicos levou à constatação de que as condições dessa família afro-brasileira vivendo no semi-árido norte-rio-grandense se insere nas condições de pobreza em que se encontra a maioria da população, normalmente agravada entre os afros descendentes.

Por outro lado, essa realidade se refletiu diretamente nas profissões exercidas. O quadro socioeducacional das seis gerações dos descendentes da liberta Luíza mostra que a situação é mais crítica entre os homens, que além de não conseguirem bom desempenho escolar, a maioria continuou trabalhando na agricultura. No caso das mulheres, a maioria tornou-se dona-de-casa ou doméstica, preservando traços de submissão patriarcal. "Chegamos à conclusão de que os nossos descendentes de escravos ainda não conseguiram conquistar o seu espaço na sociedade", concluiu a professora.

“

**A pesquisa trabalhou com a genealogia, indicadores e distribuição da família mapeada nos municípios de Caraúbas, Severiano Melo, Itaú e Mossoró”**

## Descobertas

O interesse de Maria Goretti sobre essa temática surgiu com a constatação de que ainda existiam inventários que citavam os escravos no Rio Grande do Norte. "O fato me surpreendeu, pois a versão de Câmara Cascudo, dentre outros historiadores, era de que Rui Barbosa teria mandado queimar tais documentos após a Abolição. Pesquisando melhor aquele historiador, deparei-me com sua Tese Patriarcalista para as relações escravistas do Sertão, comum entre todos os pesquisadores das áreas Sociais", disse.

Investigando os Inventários do Século XIX, a professora observou que tais documentos mostravam algumas características semelhantes do ser escravo da pecuária com o escravismo geral ocorrido em várias partes do Brasil. "Nós registramos relatos de muitas fugas de escravos e violências praticadas pelos senhores, o que descaracteriza muito a idéia defendida por Cascudo de que a maioria dos escravos eram tratados como membros da família", justificou a professora.

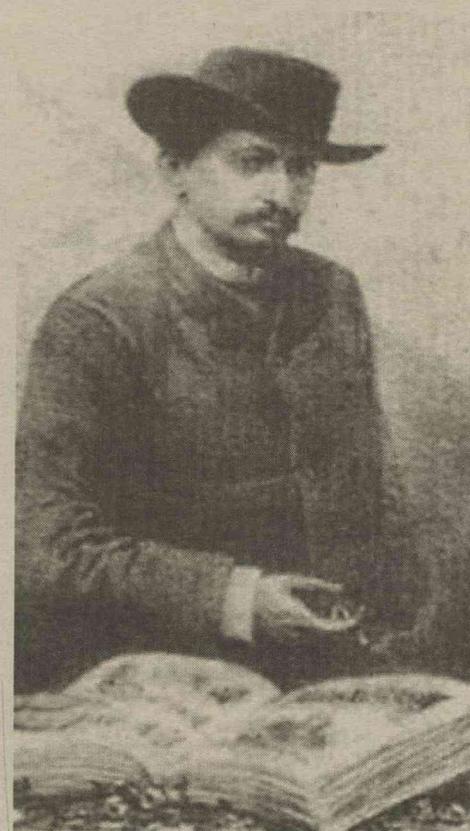
Ela também reconheceu aspectos de teses defendidas por historiadores de que o número de escravos no RN era bastante pequeno se comparado aos do Sul do País. "A principal razão era a atividade pecuarista. Lá no Sul, a principal atividade era a cana-de-açúcar, que requer mais mão-de-obra que as criações de gado do Nordeste".

Outra constatação que reforça teses já defendidas é que a maioria dos escravos do Rio Grande do Norte não vinha da África, mas de Pernambuco, devido ao poder aquisitivo dos comerciantes e fazendeiros do Estado. A pesquisa da professora trabalhou, principalmente, com a genealogia, indicadores e distribuição da família mapeada nos municípios de Caraúbas, Severiano Melo, Itaú e Mossoró.



PRECURSOR JORNALISTA ESTUDA CARICATURAS  
DO ABOLICIONISTA ANGELO AGOSTINI

# A representação do negro pela imprensa do século XIX



O italiano e artista gráfico Angelo Agostini foi um dos principais críticos do escravismo



A intensificação do abolicionismo no Brasil, na década de 1880, não podia ser omitida pela imprensa, que transmitia notícias e assuntos que refletiam, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores. Assim, nada mais natural de que, no período, o escravo ocupasse os vários espaços dos jornais.

No início, as adversidades para o desenvolvimento de publicações abolicionistas eram imensas. Entretanto, já na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, circularam diversos pasquins criticando a escravidão, embora tivessem um alcance limitado e uma tiragem pequena alcançando 400 ou 500 exemplares.

Isso porque, antes da década de 1880, os militantes antiescravistas não tinham acesso fácil aos jornais de prestígio, pois estes adotavam uma posição cautelosa devido à dependência dos anunciantes, muitos deles senhores de escravos, apesar da crise do escravismo e a ampliação dos grupos sociais urbanos contrários ao cativo, nem todos os jornais aderiram à campanha abolicionista.

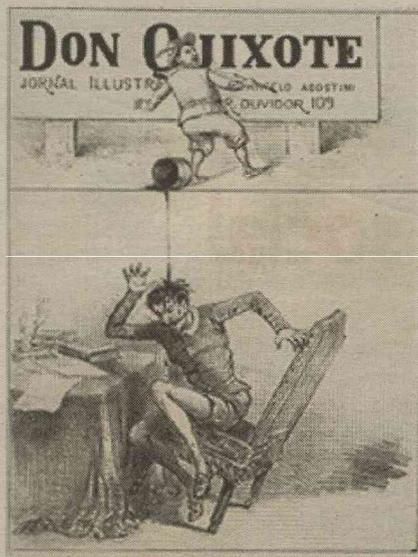
A "Gazeta de Notícias", de Ferreira de Araújo, fundada em 1876, foi o pioneiro, na cidade do Rio de Janeiro. "O Abolicionista", criado, em 1880, pela Sociedade

Brasileira contra a Escravidão, tinha como preocupação primordial a "péssima imagem" do Brasil no exterior devido a escravidão. Já a "Revista Ilustrada", do imigrante italiano Angelo Agostini, criticava de uma forma satírica através de charges o trabalho escravo e seus defensores.

Outros veículos que também tiveram um papel destacado na campanha abolicionista na capital do Império na época foram os jornais de José do Patrocínio, a "Gazeta da Tarde", durante toda a década de 1880, e o "Cidade do Rio, a partir do final de 1887. Na redação da "Gazeta da Tarde", na Rua Uruguaiana, no centro da cidade, organizou-se, em

1883, a Confederação Abolicionista. Em São Paulo, o jornal "Redenção", criado em 1887, por Antônio Bento, mobilizou os "caifazes", militantes que empreendiam ações radicais como fugas e sublevações de escravos.

Estes jornais publicavam tudo o que pudesse contribuir para o avanço das idéias contrárias ao escravismo: resumos de conferências, datas e locais de eventos destinados à obtenção de fundos para a campanha, alforrias e violências cometidas contra os escravos. Tiveram um papel fundamental na extinção legal da escravidão no Brasil, na medida em que veiculavam a campanha abolicionista.



### O abolicionismo ilustrado

A ilustração começou no Brasil em uma data precisa: no Jornal do Comércio de 14 de dezembro de 1837, chamada de Caricatura (uma espécie de folheto litografado), de autoria de um artista consagrado na época: Manoel de Araújo Porto Alegre, que estudou em Paris nesse ano, e trouxe a novidade.

A partir daí a influência francesa em nossa ilustração foi marcante, até que em 1859 desembarca no Brasil um piemontês, nascido em Farcelle, Itália, a 8 de abril de 1843, neto materno de uma senhora parisiense que passara a infância e a adolescência em Paris, onde estudou pintura.

Esse jovem artista era Angelo Agostini, que já em 1864 estreava no pasquim Diabo Coxo, o primeiro periódico ilustrado editado em São Paulo, começando a desenvolver um estilo muito pessoal, diferente da característica francesa, cunhando um traço que depois seria chamado de brasileiro, que criaria uma escola desenvolvida até o final do século XIX por outros artistas. Todo o ambiente político propício foi bem aproveitado por Agostini, que se tornou um dos maiores críticos do reinado.

Republicano, anticlerical e, principalmente, abolicionista, Angelo Agostini é considerado por muitos um legítimo brasileiro - embora nunca tenha se naturalizado, para que não pensassem que, nos embates políticos, ele teria medo ou fraqueza. Afinal, corria o risco permanente de deportação.

Mas, mesmo que ele se dissesse abolicionista, não chegou a viver esses ideais, pois era um homem da elite, que não tinha um necessário compromisso com os negros, como defendeu Gilberto Maringoni, em sua tese de Doutorado concluída em julho deste ano, pela Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa durou cinco anos, mas o interesse por Agostini vem de longe. Começou nos anos 1980, quando conheceu parte do trabalho dele. Planejou uma biografia. Adiou o projeto. Adaptou a idéia na doutorado.

Aos 47 anos, Maringoni despertou para o assunto ao adquirir em sebos grande parte das coleções dos jornais editados por Agostini. "Tinha o material na mão e achei que seria um des-

perdício não me aprofundar no assunto. Além do mais, ele viveu numa das épocas de maiores transformações da história do Brasil, que deixava para trás os restos da economia colonial, baseada no escravismo, recebeu um montante considerável de capitais externos e construiu as bases de uma sociedade de classes profundamente desigual e injusta, mas moderna", explicou.

Na sua pesquisa, o jornalista aponta, fundamentalmente, duas coisas. A primeira é que Agostini, embora seja um dos mais destacados ativistas pelo abolicionismo, acompanhou o projeto que a minoria branca tinha para o país: uma sociedade baseada no liberalismo, no trabalho assalariado, que relegou os negros à própria sorte. "Secundariamente, mostro a passagem de um tempo em que a imprensa era uma atividade artesanal, de poucas pessoas, para um empreendimento capitalista de grande porte, a exigir pesados investimentos em maquinário, pessoal e matérias-primas".

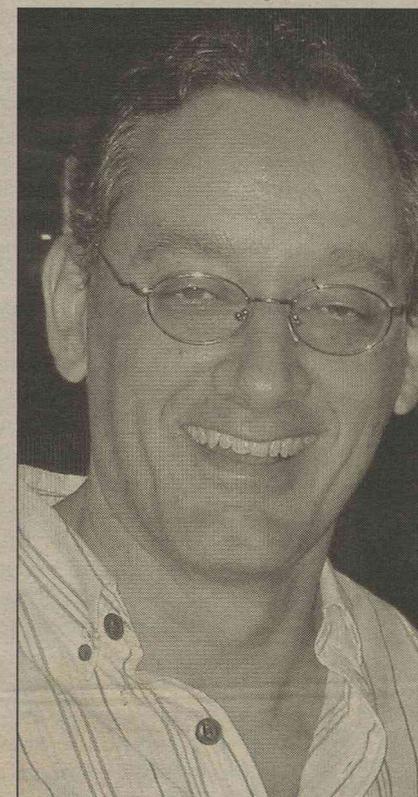
O estudo levou o autor a observar que, embora Agostini fosse um abolicionista, isso não implicava um compromisso maior com os negros ou com as classes populares. "Era um homem da elite ilustrada, com seus parâmetros e visões de mundo. Era genial, mas elitista, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e outros", enfatizou.

Mesmo assim, Maringoni não diminui a importância do chargista para a história da imprensa no País. "Agostini atuou por 44 anos na imprensa. É uma das carreiras mais longas de nossa história. Sua importância é decisiva na implantação de uma imprensa ilustrada e de agitação em nosso país. Além disso, seus painéis sobre a escravidão são o melhor retrato visual da barbárie social dos anos 1880", disse.

Na opinião do jornalista, Agostini deve ser apontado, na história das Histórias em Quadrinhos, como um dos principais precursores, ao lado do suíço Rudolph Topffer e do alemão Willheim Busch. "Ele fez aqui algo que não existia em parte alguma: um romance seriado totalmente ilustrado, com duração de 24 anos, recheado de interrupções".

### QUEM É

Gilberto Maringoni é jornalista, historiador e artista gráfico. Formado em arquitetura pela FAUUSP. Colaborou para revistas como *Atenção!*; *Carta Capital*; *Veja*; *Istoé*; *Visão* e *Afinal*, e para jornais como *O Estado de São Paulo*; *Folha de São Paulo*; *Jornal da Tarde*; *Jornal do Brasil*; *Zero Hora*, de Porto Alegre; *Hoje em dia*, de Belo Horizonte e *Jornal do Comércio*, de Recife. Publicou por mais de dez anos, em quinze jornais, a tira em quadrinhos *Romeu*. Tem trabalhos publicados nas revistas *Fluide Glacial* (França), *Seleções BD* (Portugal) e no jornal *Punto Final* (Chile). É autor dos livros "O dia em que o sol não nasceu" (Editora Salamandra); "Deus e o Diabo na terra da mídia" (Circo Editorial); "Os filhos da Dinda" (Scritta Editorial); "Como não enlouquecer no trânsito" (Editora 34); "A imagem e o gesto - fotobiografia de Carlos Marighella" (Editora Fundação Perseu Abramo), e "A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez" (Editora Fundação Perseu Abramo). Atualmente colabora com a Agência Carta Maior, a revista *República* e a editora Boitempo.



Jornalista e historiador Gilberto Maringoni

“  
A importância de Agostini é decisiva na implantação de uma imprensa ilustrada e de agitação no país. Seus painéis sobre a escravidão são o melhor retrato visual da barbárie social dos anos 1880

### SAIBA MAIS

Durante 46 anos, de 1864 a 1910, Angelo Agostini, além da sátira e crítica política, desenvolveu uma perspicaz e minuciosa observação do tipo humano brasileiro, especialmente o carioca. Como outros artistas e propagandistas republicanos, criou um símbolo do homem nacional: um índio soberbo, ao estilo de "O Guarani", que sempre aparece nos seus desenhos, carregando os desmandos do Império: impostos, parlamento, políticos, "afilhadagem" ou observando inconformado as trapalhadas da corte.

Em 1869, Agostini intensifica sua atividade abolicionista sendo interpretado por José do Patrocínio assim: "Quando o escravismo pretendeu levantar a opinião, chamando-o estrangeiro, audaz, hóspede ingrato, Angelo sorria-se e limitava-se a

dizer: 'Bom, enquanto não me deportam, eu aproveito para dizer o que sinto e o que eu penso...'"

No *Vida Fluminense*, até 1871, Agostini desenvolve sua observação sobre o tipo popular, retratando o caixeiro em domingo, o mascate, o chim do pesado, a mucama alcoviteira, a mulatinha cheia de dengos e a sinhazinha. Também desenvolveu a fundo a metamorfose de importantes figuras da corte em animais característicos.

Agostini, além do traço, percorria os salões com óleos e aquarelas com paisagens do Brasil e da Europa, e também aproveitava a ocasião para ironizar outros artistas plásticos com caricaturas de suas obras. Fazia isso regularmente desde 1872. O advento de abolição e da República não aquietou o lápis do desenhista. Ele continuou satirizando os políticos e os costumes da capi-

tal do começo do século nas páginas da famosa revista *O Malho*.

Continuou desenhando nas páginas de *O Malho* até às vésperas de sua morte, num domingo, 23 de janeiro de 1910, cansado pelos anos de trabalho e atingido pela morte de seu amigo de 50 anos, Joaquim Nabuco, que falecera no dia 17, em Washington. No sábado Agostini participou de uma reunião com os antigos membros da Confederação Abolicionista para homenagear o velho companheiro de lutas.

Alquebrado pelos anos e fustigado pelo violento verão, ele voltou para sua casa, triste e saudoso, falecendo no dia seguinte. Deixou uma obra memorável, num volume surpreendente em quantidade e qualidade, criando um estilo único, pioneiro e precursor da caricatura nacional.

## Cotas : igualdade de direitos e justiça social

A sociedade brasileira está despertando para o enfrentamento das desigualdades sociais: a discussão do Projeto de Lei 3627/04 que trata da implementação de cotas raciais e sociais passou dos gabinetes dos gestores da educação, para os colegiados das universidades e movimentos sociais, irradiando-se pela sociedade. O PL reserva 50% das vagas nas universidades federais para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Dentro do percentual de 50%, terão preferência alunos que se declararem negros ou índios, em uma proporção igual à população de negros, pardos e indígenas da população brasileira. A reserva de vagas deverá ser aplicada em cada curso e turno, dando preferência aos afrodescendentes e indígenas, de acordo com os dados do IBGE. O instrumento legal para definir a característica étnica é a autodeclaração presente no registro de nascimento e demais documentos civis.

Trata-se de uma política pública de inclusão social: uma medida que visa reparar séculos de exclusão de que esses grupos foram vítimas, oferecendo-lhes a chance de diminuir a discriminação que em nosso país impede a população negra do acesso à escola e ao mercado de trabalho. O Dieese mostra que mesmo em localidades com grande proporção de negros, como em Salvador, os trabalhadores negros recebem em média cerca de 51% do que recebe um não-negro. É revelador o fato de que 64% dos pobres sejam negros. Eles têm menor escolaridade, salário e acesso à saúde, baixo índice de emprego e piores condições de moradia. Os indicadores comuns à comunidade negra são muito inferiores aos índices relativos aos não-negros. A esses indivíduos e grupos vem sendo negado o direito a ter direitos.

O PL aponta para estratégias de democratização do ensino superior. Os estudos indicam que apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso à universidade e que, em nosso país, a ascensão econômica e social passa pelo ensino superior. Tais constatações levaram o governo federal a instituir medidas emergenciais para aumentar as possibilidades de ingresso de jovens negros e indígenas. A desigualdade de acesso ao ensino superior foi forjada na perversa exclusão dos contingentes negros, indígenas e pobres. A eles foi ofertado o tortuoso caminho escolar que vai da ausência de creches à deterioração do ensino médio. O combate à sua exclusão educacional será feito através de políticas de Estado, democraticamente instituídas como direitos, de modo a assegurar a esses segmentos as condições de acesso e de permanência no ensino superior.

A sociedade brasileira tem sido historicamente marcada pela exclusão social e a dominação política. A organização desigual e hierárquica das relações sociais é o terreno fértil para a produção e reprodução do autoritarismo social, em que diferenças de classe, raça e gênero definem os lugares sociais. Nesse contexto, temos de pensar formas de operar a passagem da luta contra o racismo para a luta pela igualdade social. O racismo, o preconceito e a discriminação racial são fatores da degradação moral e espiritual de uma sociedade.

A luta contra o racismo é diferente da luta pela promoção da igualdade racial. A primeira é uma luta de resis-



tência, a segunda oferece a oportunidade da sociedade brasileira reparar injustiças, rever prejuízos, e repensar os sentidos de justiça e de democracia. É nessa perspectiva que se colocam as políticas de ação afirmativas, como as cotas. Como diz Boaventura Santos, temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracterize. Essa formulação decorre do fato de que igualdade não é o contrário de diferença. Igualdade é o contrário de desigualdade.

A democracia é sempre passível de reinvenção. Articular igualdade e diferença é um dos desafios do mundo contemporâneo e rebete na agenda da democracia: como pensar uma democracia sem igualdade social e como pensar em igualdade sem a aceitação das diferenças? É neste contexto que se colocam as críticas às políticas de ação afirmativa: é difícil fazer os grupos socialmente melhor posicionados compreenderem que a cidadania deve ser construída a partir do reconhecimento das diferenças, aceitando que aparentes privilégios sejam destinados aos que foram sempre desprivilegiados.

As cotas entraram na agenda do debate público, evidenciando as concepções vigentes na sociedade brasileira sobre o direito à educação e a função do ensino superior. Debate oportuno tanto pelo que expressa, quanto pelo que silencia, ambos reveladores dos valores compartilhados pela sociedade. Embora a reserva de vagas para estudantes ne-

gros e pardos ainda não seja consenso, a comunidade universitária em todo o país, vem debatendo diversas formas de promover sua inclusão. A pesquisa "Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília", mostrou que professores e alunos estão mais sensíveis à causa, desde que os debates possibilitaram a explicitação dos diversos argumentos. As cotas são hoje, a principal bandeira de luta dos movimentos negros. Tema de intensa discussão nacional nos últimos meses, as cotas raciais são fundamentais para alterar a pirâmide econômica e social brasileira. Sem as cotas esses contingentes levarão muito tempo para alterar a perversa curva de participação no sistema público de educação superior e na sociedade brasileira, bem como a igualdade de oportunidades e direitos.

O combate às desigualdades decorrentes do preconceito terá um impacto importante sobre o próprio preconceito. A discussão que se espraia por todo o país já é um bom início: independente dos resultados imediatos trata-se do fato de que a sociedade brasileira iniciou a caminhada em direção ao reconhecimento de sua própria fisionomia. Está em curso a luta pela igualdade social, a partir da percepção da urgência em se combater as formas de desigualdade para que tenhamos enfim um país democrático, justo e plural que se envaideça de sua miscigenação, trate cada homem e cada mulher da mesma maneira e não lhes interdite o acesso a qualquer forma de realização individual e coletiva.

O debate sobre cotas invoca a sociedade a pensar em que modelo de país ela quer investir. Se a educação é o ponto nevrálgico da nação - o que se deduz das falas de políticos, gestores públicos, professores, pais e alunos - é preciso que o caminho da mudança seja pactuado socialmente. Trata-se de abandonar o cômodo espaço da igualdade formal, cara ao campo liberal e construir a igualdade social de forma concreta: passando pela expurgação da praga do preconceito apesar das dificuldades próprias de séculos de solidificação, para chegarmos ao reconhecimento e o respeito das diferenças raciais, expresso na igualdade de oportunidades em nossa sociedade: um mundo sem cotas, com o fim das discriminações.

Nossa expectativa é de que a implantação do Fundeb, associada à expansão das vagas nas universidades públicas através de 10 novas instituições de ensino superior e à política de cotas tragam um novo cenário para a educação brasileira, com a presença e expressão de nossa(s) identidade(s). Por seu lado, a Universidade ganhará estatuto de uma entidade verdadeiramente republicana, onde num espaço público e plural produza-se conhecimentos e cruzem-se saberes e experiências, num clima de diálogo e de respeito às diferenças. É de se pensar na riqueza contida numa avaliação enfocando os efeitos da diversidade social e cultural no espaço universitário, apontando a fertilidade das trocas, a multiplicidade de pontos de vista e seus efeitos positivos não apenas na ambiente escolar, mas na própria sociedade.

\* Brasília Carlos Ferreira é Professora do Depto. de Ciências Sociais da UFRN.